

**Os comunistas
e as eleições no DF**

VOZ da unidade

Agrava-se concentração latifundiária no Brasil



Arquivo V.U.

O aumento do número de latifúndios e a conseqüente agravação da concentração agrária revelados pelo Censo Agrícola agora divulgado, indicam que a ocupação da mão-de-obra teve uma sensível diminuição em várias áreas e foi extremamente desigual. Os resultados censitários confirmam mais uma vez o erro radical da política concentracionista do regime. Uma das conseqüências: a proliferação dos bóias-frias (foto). Pág. 10.

**Só de juros o Brasil deve 235
milhões de salários mínimos**

**Almino Affonso
e os fracassos
do regime**

Página 8 e 9

**Aluizio Alves
ganha apoio**

Página 4

**Miro começa
campanha nas
fábricas**

Página 5

**Cosipa ameaça
parar tudo**

Página 12

**Mulher discute
problemas
no RN**

Página 15



Flávio Américo Novais

Representantes de favelas lutam pela posse da terra

Representantes de 10 favelas da região do Butantã, São Paulo, reuniram-se domingo (dia 22) para discutir a posse da terra e a construção de casas para a comunidade favelada.

O encontro na sede da União dos Moradores da Favela Educandário contou com a presença de mais de 200 lideranças.

Nas resoluções, os representantes das favelas reivindicam: — Escritura definitiva do terreno; proporcionalidade das prestações de acordo com a renda familiar; financiamento da Prefeitura com o prazo de quitação de 5 a 10 anos, sem juros nem correção monetária; que a metragem do terreno seja igual para todos os moradores; saneamento básico (rede de esgotos e água) e urbanização.

Além disso, os participantes se posicionaram contra o Projeto Pró-morar da Prefeitura de São Paulo.

Os representantes de favelas encaminharão estas propostas aos candidatos ao governo de São Paulo nas próximas eleições.

Compareceram ao encontro do Butantã lideranças das seguintes favelas: Vila Jóia, Cambará, Raposo Tavares, Educandário, Jaqueline, Uirapurú, Sapé, São Jorge I, Imperatriz Dona Amélia e São Domingos.

Argentinos pela paz

A Conferência Internacional pela Reafirmação da Soberania Argentina nas Malvinas reunida semana passada em Buenos Aires discutiu a proliferação do armamento convencional e nuclear no Atlântico Sul.

A preocupação dos conferencistas expressa em documento é a frequente violação por parte dos EUA ao Tratado Torrijos-Carter. Acrescentam que o respeito a este Tratado é de fundamental importância para a independência nacional do

Panamá e o asseguramento da paz e soberania dos povos do Caribe.

Afirmam ainda que o apoio bélico dos EUA ao colonialismo britânico contra o povo argentino corresponde à política exterior implementada pelo governo americano, em ações na Guatemala, El Salvador, Cuba, Nicarágua e outros países.

Os participantes chamam ainda a atenção dos representantes da ONU para que exijam da Inglaterra a retirada imediata das bombas nucleares localizadas no casco do navio inglês Sheffield, afundado no Atlântico.

CUT e CGT

O Presidente da Câmara Municipal de São Vicente-SP, Raimundo dos Santos Oliveira, PMDB, apresentou em sessão plenária na semana passada um requerimento congratulando-se com a Comissão Nacional Pró-CUT. No requerimento, o vereador afirma que a Pró-CUT é a responsável pela organização de uma nova entidade que congregue a luta de todos os trabalhadores brasileiros.

No pronunciamento, o parlamentar disse ainda que se não fosse o golpe de abril de 64, o Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, teria completado seu 20º aniversário.

O vereador, que antes de 64 trabalhava na Cosipa e militava no Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, lembra ainda que apesar do golpe, os trabalhadores voltam a se organizar conscientes do seu enorme passado de lutas.

Perda irreparável

Faleceu na semana passada, em Ibaítí, Paraná, o presidente de Honra do PMDB, Mário de Souza Pires, aos 71 anos de idade. Baiano de Ilhéus, dedicou a sua vida inteira à militância política. Participou ativamente do movimento camponês na cidade de Ibaítí, ajudou a construir também o campo de aviação na mesma cidade.

Mário deixa viúva e sete filhos. Para os representantes do PMDB de Ibaítí, a morte de Mário é uma perda irreparável para as forças democráticas.

Contra o massacre no Líbano

Enquanto a Polícia Militar de Brasília impedia na última quarta-feira (18) a realização de uma manifestação pacífica de palestinos e entidades civis que pretendiam protestar contra a matança de Beguin no Líbano, recolhendo assinaturas na porta da Catedral, em São Paulo centenas de pessoas participaram de um ato público contra a invasão israelense, condenando a ação criminosa que já fez mais de 1 milhão de vítimas, 50 mil mortos e cerca de 70 mil feridos.

Embora a manifestação tenha sido proibida em Brasília, o abaixo-assinado circulou nos sindicatos, pedindo ao governo brasileiro uma definição concreta frente ao governo de Israel, repudiando o holocausto do Líbano. Demonstrações análogas foram realizadas em várias capitais do país.

Em SP a Associação Cultural José Martí distribuiu documento assinado pelo seu presidente, Florestan Fernandes, apoiando os povos palestinos e libanês e "protestando contra o brutal ataque praticado pelo Estado de Israel contra o Líbano e dando seu apoio aos que lutam pela paz e pela formação do Estado Palestino".

Quem é o novo presidente do Líbano?

O terrível drama do Líbano - um dos mais sangrentos que a humanidade presenciou - entra em nova fase. Em meio às ruínas fumegantes e sob a pressão do Exército de Israel, o Parlamento libanês "elege" um novo presidente. Quem é Bechir Gemaiel? Sabemos que é o chefe da Falange, partido que com todo um agrupamento político chamado cristão abria os portos à invasão israelense. Na chefia deste movimento ele sucedeu a Pierre Gemaiel, seu pai. Também chefe político e fundador da Falange em sua fase mais recente.

Antigo farmacêutico, abandonou seu ofício para engajar-se na política, ao mesmo tempo em que era nomeado presidente de um grande empreendimento norte-americano. É bom esclarecer que a Falange libanesa nada mais é que um partido fascista, instrumento dócil do imperialismo ianque na região. Enquanto os povos lutavam por sua libertação, Pierre Gemaiel sob orientação dos Estados Unidos aliou-se a Israel na mais torpe traição a seu povo e a seu país.

Bechir, o novo presidente, é o continuador desta traição e o atual líder do fascismo no Líbano. O governo de Beguin não regateia elo-



Boneco de Marcos Andrade exibido no ato contra a invasão do Líbano

gios e apoio público a seu homem de confiança, imposto ao povo libanês pela força brutal da poderosa máquina bélica do General Sharon. Na realidade o novo governo chefiado por Gemaiel, vai sancionar a anexação branca do Líbano ao expansionismo de Israel.

Qual o próximo lance? Tudo obedece aos planos do imperialismo ianque. Agora com mais um trunfo em seu favor e apoiado no governo de Israel, pode liderar uma nova fase de hostilizações à Síria, tentando o domínio do Oriente Médio, rumo aos campos de petróleo. A vitória de Israel no plano militar e político é momentânea e lhe custará um alto preço, já que mereceu o repúdio da opinião pública internacional, sem falar da condenação inequívoca de boa parte da população de Israel, aquela que encarna o verdadeiro espírito progressista e humanitário do povo judeu.

A causa palestina, o direito de seu povo à uma Pátria e à auto-determinação tem merecido pleno apoio do governo brasileiro, de nossa intelectualidade, do movimento sindical e estudantil. Os nomes de Ariel Sharon, assim como o de Gemaiel foi motivo de desprezo e condenação.

Cartas

Agressão ao Patrimônio

Sr. Editor,

A Cemi, empresa de propriedade de Ligia Maluf, erguerá na Praça da República, — local tido como do Patrimônio Público — ambulatórios, sanitários e salão de cabeleiros.

Cabe-nos perguntar se a desfiguração da Praça da República é realmente necessária, uma vez que se pode construir ambulatórios em outros locais. Além disso, é des-

necessário a contratação de uma empreiteira para construí-los. Ademais, existem próximo ao local sanitários públicos. A criação de salão de cabeleiros é mais um dos reflexos da péssima administração que sofre este país.

Será que o povo, se realmente consultado, aprovaria esta agressão ao Patrimônio?

Valdir Ramos — São Paulo/SP

Fatos

e Datas

AGOSTO/SETEMBRO

Dia 25

1945 — Surge a Esquerda Democrática, que, posteriormente, constituirá o Partido Socialista Brasileiro.

1961 — Renúncia de Jânio Quadros.

Dia 26 — 1978

Conflitos entre trabalhadores da De Millus (RJ) e a vigilância patronal.

Dia 27

1943 — Realiza-se a Conferência da Mantiqueira, de fundamental importância para a rearticulação do PCB.

1980 — Escalada do terror no RJ.

A direita atenta contra várias instituições — na sede da OAB, morre Lydia Monteiro da Silva; na Câmara de Vereadores, fica mutilado José Ribamar de Freitas.

Dia 28 — 1951

Greve dos bancários paulistas.

Dia 29 — 1944

O exército soviético avança para a margem direita do Vístula, para libertar Bucareste.

Dia 30 — 1978

Bancários paulistas decidem-se por greve, na luta por aumentos salariais.

Dia 31 — 1979

Greve de trabalhadores da Belgo-Mineira (MG).

Dia 1

1891 — Teles Jr. apresenta à Constituinte pernambucana o primeiro projeto para limitar em 8 horas a jornada de trabalho.

1939 — A Alemanha nazista deflagra a Segunda Guerra Mundial.

Dia 2

1954 — Greve geral em São Paulo, dirigida pelo Pacto de Unidade Intersindical.

1961 — Sob pressão reacionária, o Congresso Nacional emenda a Constituição e instaura o parlamentarismo.

1963 — Greve geral em Santos (SP).

Fonte: Agenda Novos Rumos

VOZ
da unidade

Diretor responsável: Henrique Cordeiro - Reg. Prof. nº 8.955 - RJ - Representantes: Manaus - Brito da Silva - Rua Turumã, 1061 - Belém - R.A. Jinkings - Rua Tamoios, 1592 - Tel.: 222.7286 - Recife - Paulo Cavalcanti - Rua do Hospício - Edif. Olimpia - Sala 709 - Natal - Vulpiano Cavalcanti - Londrina - Jussara Rezende - Goiânia - Elias Moreira Borges - Ab. Goiás, 400 - sala 31 - Belo Horizonte - E. Garcia - Rua da Bahia, 1148 - Conj. 1640 - Brasília - Arlindo Fernandes - Florianópolis - Nildo José Martins - Porto Alegre - João Aveline - Av. Borges de Medeiros, 308 - Edifício Fronteira - conj. 62 - 6º andar - Fortaleza - Caboclinho Farias - Salvador - H. Casaes e Silva - R. Conde Pereira Marinha, 38 - Garcia - Alagoas - Graciano dos Santos - Santos - SP - Rua Conselheiro Nêbias, 368-A - sala 511 - Roma - Danilo S. Galletti - Alta Mogiana - SP: Fernando Antonio Gelfuso - Rua Pernambuco, 607 - CEP 14.100 - Ribeirão Preto - Tel.: 625.7927.

Propriedade da Editora Jurua Ltda. - Praça Dom José Gaspar, 30 - 20º andar. Redação: 231.2926 - CEP: 01047 - São Paulo - SP - Impresso nas oficinas da Cia. Editora Joruês - Rua Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531.8900 - São Paulo - SP. Telex: (011) 32006 - VOZ

Atenção: As sugestões para a pauta da Voz devem ser enviadas à Redação às quartas-feiras até 19 horas.

Leia e assine Voz da Unidade

- Anual de apoio (52 números consecutivos) Cr\$ 5.000,00
- Anual Simples (52 números consecutivos) Cr\$ 2.500,00
- Semestral Simples (26 números consecutivos) Cr\$ 1.250,00
- Assinatura para o Exterior (anual) US\$ 60,00

ENDEREÇO PARA REMESSA:

Nome

Endereço

CEP Cidade Estado

Anexo cheque n.º contra o Banco n.º

Assinatura:

ATENÇÃO: Os cheques deverão ser enviados em nome da EDITORA JURUÁ LTDA.

Eleições: o regime perturba e corrompe

O regime está consciente da importância das eleições de novembro. Sabe que uma grande derrota do PDS modificará o quadro político em detrimento da sua política anti-popular e anti-nacional.

Contraopondo-se grosseiramente às normas institucionais elementares, quer impor uma cédula eleitoral que induz à nulidade do pleito e aponta para o "voto domiciliar". Seu líder no Senado acena, sem ruborizar-se, para o golpismo. No contraponto, o Presidente da República repete juras democráticas (sobre as suas promessas, pode falar o povo de Santos, que não terá eleições municipais).

Estas contradições são aparentes: de fato, são parte do jogo do regime — a perturbação. Agitar e conturbar para tentar evitar uma derrota política — nisto também consiste a sua estratégia eleitoral. Com idas e vindas, o regime quer confundir a oposição. Sem força política para impedir a expressão do voto popular, o regime — que sabe da falência desse PDS servil e até sem coragem para aliar-se aos "feitos" do governo (a crise, a inflação, o desemprego) — quer perturbar. A perturbação lhe interessa, porque pode levar à paralisia momentânea de alguns setores da oposição.

Mas o regime não só perturba: ele corrompe. O nepotismo e o empreguismo, em proporções jamais vistas neste país, associam-se ao poder econômico para viciar e abastardar a manifestação eleitoral. O **malufismo** faz escola: ganhar a qualquer preço e por quaisquer meios. Entre 1º e 17 de agosto, os governadores do regime fizeram mais de 45.000 nomeações políticas. E o Presidente da República, cabo eleitoral do PDS, viaja pelo Brasil — com o dinheiro público, não com os fundos partidários.

A estratégia eleitoral do regime — perturbação e corrupção — é inútil. Colada à "lei Falcão" e às coações que se registram por toda parte, revela-se incapaz para deter o crescimento eleitoral da oposição. Mesmo o fracionamento das forças democráticas, imposto pela legislação partidária e pelo "pacote de novembro", está sendo superado: o **voto democrático útil** ganha uma densidade cada vez maior.

É precisamente este **voto democrático útil**, conferido nacionalmente ao PMDB, que derrotará o regime em novembro. Quanto mais contundente for esta derrota, mais curta será a sobrevivência do regime.

A renegociação da dívida externa

A crise que afeta a economia brasileira é a mais grave da nossa história, especialmente pelas suas incidências sociais. Os índices, mesmo parciais, são aterradores: até junho, a produção industrial, nos últimos 18 meses, caiu 9,2% em relação a igual período anterior. E a projeção de uma recuperação a curto prazo é irreal.

Neste quadro é que deve ser colocada a questão da dívida externa brasileira, significativo componente do "modelo econômico" do regime a serviço do grande capital. Ela saltou de 3 bilhões de dólares, em 1964, para os estimados 80 bilhões de agora.

Não há como saldá-la na conjuntura atual. Em 1981, por exemplo, ela representava 30% do nosso PIB e apenas o seu "serviço" (juros e encargos) consumiu quase 80% das nossas exportações (18 dos 23 bilhões de dólares).

Porque não tem como pagar, desde algum tempo o regime vem "renegociando" a dívida externa à sua moda: tomando novos empréstimos para saldar as contas imediatas. Ou seja: contrai débitos sobre débitos, que não implicam qualquer investimento produtivo. O negócio é excelente para os banqueiros do imperialismo: a "renegociação" parcial e bilateral tão somente potencia a nossa dependência.

É preciso deixar claro que, sob o imperialismo, mecanismos de espoliação são inevitáveis. Qualquer ordem econômica internacional penetrada pelo capitalismo monopolista será necessariamente desigual e injusta. Mas isto não quer dizer que a "renegociação" que o regime tem levado a cabo seja a única possível. Pelo contrário: mesmo nas condições atuais, há alternativas para reequacionar os nossos compromissos sem hipotecar ainda mais a nossa independência e a nossa soberania.

*Uma dessas alternativas é a **renegociação global**, conduzida em conjunto com outros países explorados, notadamente da América Latina. Uma iniciativa multilateral, que pode ter o Brasil como eixo, para renegociar de fato os compromissos financeiros de países sufocados pelos banqueiros internacionais é viável em termos imediatos.*

*Mas ela implica, pelo menos, uma redução do servilismo do nosso regime ao capital monopolista internacional. O que, naturalmente, é uma **questão política**.*

Na ONU, Brasil condena o terrorismo de Begin

O Estado de Israel, controlado pelo grupo terrorista de Begin e Sharon, não representa os interesses do povo judeu e não pode ser confundido com ele — é um Estado militarista que funciona como ponta-de-lança do imperialismo no Oriente Médio.

O genocídio levado a cabo no território libanês não foi uma aventura: foi uma operação meticulosamente planejada, com o evidente apoio dos Estados Unidos, visando três objetivos — destruir a OLP, instaurar no Líbano um governo fantoche e atacar as tropas sírias. Begin e Sharon pretendiam realizar este projeto criminoso através de uma guerra-relâmpago.

A heróica resistência palestina frustrou estes planos. A vontade revolucionária da OLP e o sacrifício dos libaneses converteram uma derrota militar parcial numa vitória política: em todo o mundo, os propósitos terroristas de Begin e Sharon foram repudiados (inclusive pelas vozes mais lúcidas das comunidades judaicas, que não se solidarizam com o atual governo israelense. E que se fizeram ouvir também no Brasil).

O isolamento político do grupo belicista de Begin e Sharon ficou patenteado, de forma inequívoca, na sessão da Assembléia Geral da ONU que debateu, na semana passada, a questão palestina — praticamente todos os oradores condenaram o terrorismo estatal-militar que se abateu sobre o Líbano e a OLP.

Na reunião, o representante brasileiro, embaixador Correa da Costa, foi incisivo: condenou o genocídio praticado por Israel e afirmou que uma paz duradoura exige que se contemple o direito palestino a uma pátria livre e soberana. Segundo Correa da Costa, "o Brasil continuará a insistir na necessidade de reconhecimento dos direitos básicos palestinos, assim como no direito dos Estados do Oriente Médio de existir dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. O Brasil também insiste na retirada dos israelenses dos territórios árabes ocupados".

A intervenção brasileira na ONU é uma posição correta, que dá mais consistência e credibilidade à política externa que o Brasil vem conduzindo há algum tempo. Política externa que, se por um lado expressa as condições internacionais da deterioração da hegemonia imperialista no mundo, por outro pode contribuir efetivamente para favorecer um clima de distensão e de paz.



Os comunistas e as eleições de Brasília

Os comunistas consideram que a campanha eleitoral e as eleições de 1982 revestem-se de características peculiares que as distinguem dos pleitos de 74 e 78, constituindo-se num importante passo para a substituição do regime ditatorial.

Em 74 e 78, o avanço das forças oposicionistas refletiu antes o protesto contra o caráter fascista do regime e a exigência do povo por liberdades políticas e por melhores condições de vida e de trabalho. A substituição do poder, ainda que parcial, não estava em jogo.

As expressivas vitórias oposicionistas comprovaram o isolamento do regime, que se sentiu acuado frente ao julgamento popular mesmo em eleições viciadas, marcadas por pacotes autoritários, corrupção e abuso de poder econômico. O protesto popular contribuiu significativamente para a substituição da feição fascista do regime, que se viu obrigado a elaborar um projeto de auto-reforma, de continuismo, mantendo contudo, o seu caráter autoritário, antidemocrático.

As aspirações democráticas do povo brasileiro exigem muito mais do que a auto-reforma do regime — exigem sua substituição através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Os comunistas sustentam que a substituição do regime reclama de imediato a instauração das mais amplas liberdades políticas que permitam à sociedade, no seu complexo de forças sociais e políticas, e através de múltiplos canais, explicitar os seus antagonismos e, por meio de um debate aberto e participativo, encontrar soluções que contemplem os interesses da maioria da população brasileira. Compreendem, também, que a mobilização das massas em defesa das liberdades políticas vincula-se à luta por melhores condições de vida e de trabalho. É necessário, portanto, vincular democracia e perspectiva concreta de uma vida melhor.

Para que as eleições de 82 possam significar a derrota do regime e de sua tentativa de autoperpetuar, recorrendo à expedientes casuísticos para impedir a livre manifestação popular, é necessária uma ampla vitória sobre o PDS. Para isso, é indispensável concentrar o voto democrático na força partidária que, nacionalmente, possa constituir-se em alternativa imediata ao PDS. Este contexto exige não apenas o voto em candidatos ou partidos que lutam pela democracia — exige o voto democrático útil que ao mesmo tempo signifique um

repúdio à ditadura e abra a perspectiva de uma nova administração e de instauração de um novo poder no país.

Mesmo não desconhecendo a vocação democrática dos demais partidos oposicionistas, os comunistas entendem que este voto democrático útil é o voto no PMDB. Considerando a importância e a legitimidade dos outros integrantes da Frente Democrática, os comunistas apelam para que se unam numa atuação conjunta com o PMDB. A vitória do PMDB contribuirá para a organização e mobilização da classe trabalhadora em defesa de seus interesses.

A população do Distrito Federal permanece cassada do seu direito de escolha de seus representantes. A conquista da representação política está estreitamente ligada ao avanço da democracia em nosso país. Impõe-se, portanto, uma indispensável atuação conjunta e unitária para a conquista, através de uma emenda constitucional, da representação política.

Este direito da comunidade brasiliense torna necessária uma campanha eleitoral no Distrito Federal semelhante às dos demais Estados. É possível fazer que 1982 se constitua em um importante momento de debate, conscientização e mobili-

zação dos 1 milhão e 200 mil habitantes do Distrito Federal em torno da vinculação entre o direito democrático de votar e os problemas enfrentados no dia a dia. A campanha eleitoral poderá resultar na grande mobilização da população para a conquista da representação política em todos os níveis, dos poderes Legislativo e Executivo.

Com a orientação geral de vencer o regime, derrotando o PDS, os comunistas propõem o voto democrático útil. Neste sentido, convocam os 220 mil moradores do Distrito Federal que votarão em candidatos de seus estados de origem para eleger, a 15 de novembro, o maior número possível de candidatos do PMDB.

A dimensão maior do voto democrático útil, que não se reveste de traços revanchistas, é a construção de uma força social e política que sustente a transição da sociedade brasileira para um regime de amplas liberdades para a massa da população, que só assim poderá converter-se em sujeito de sua própria história.

Brasília, agosto de 1982
Coletivo de Dirigentes Comunistas
do Distrito Federal

Está em debate o programa de governo

“Governo Miro — Uma proposta em debate” é o título do projeto de programa de governo do PMDB e seu candidato a governador, deputado federal Miro Teixeira, que está sendo distribuído pelos candidatos peemedebistas e diretórios partidários em todo o Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de explicar o “desejo inarredável e inabalável de promover um Governo participativo e não excludente”.

A proposta de programa de Governo do PMDB está dividida em duas partes: na primeira, denominada “Proposta de Governo do Povo”, Miro Teixeira expõe seus objetivos gerais de governo, enfatizando a necessidade de valorizar a participação do Legislativo, dos partidos políticos e das entidades representativas da sociedade nas decisões governamentais; na segunda parte de sua proposta, “Diretrizes Setoriais”, Miro Teixeira desenvolve proposições concretas em relação às áreas de Educação, Política Ambiental e Saneamento Básico, Saúde, Justiça e Segurança Pública, Promoção Social, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Agrícola e Abastecimento, Transportes, Desenvolvimento Industrial, Mulher, Ciência e Tecnologia, Ensino Superior, Cultura, Lazer, Esporte, Turismo e Administração Pública.

Debate

Produto da reflexão e do estudo dos diversos grupos de trabalho que se formaram no PMDB, a proposta de programa de governo de Miro Teixeira estabelece as idéias políticas centrais de um governo participativo e não excludente: além de valorizar o Poder Legislativo e os partidos políticos, o projeto prevê a

efetiva descentralização administrativa e a introdução de um planejamento democrático, que incorpore a participação da comunidade nos mecanismos governamentais de planejamento e ação.

Miro Teixeira propõe um elenco de atividades básicas a serem atendidas pelo Governo do Estado, que são as seguintes:

1) Incentivo às atividades de produção que preencham uma função social na economia fluminense com real geração de empregos;

2) Aplicação de recursos nas áreas carentes, preferencialmente nos bolsões de pobreza absoluta;

3) Saneamento (água e esgoto) como fator essencial para assegurar a melhoria da qualidade de vida para todos;

4) Educação básica (pré-escolar, 1º e 2º graus e profissionalizante), considerada item fundamental para a elevação do nível sócio-cultural da população e sua integração no processo produtivo;

5) Saúde comunitária, optando-se pelo incentivo à medicina preventiva;

6) Moradia como direito básico de toda pessoa humana, regulando-se a posse da terra para a consecução desse objetivo;

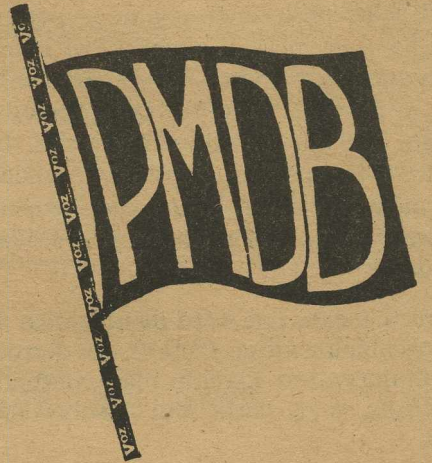
7) Transportes coletivos, estabelecendo-se tarifas mais justas e de acordo com as reais possibilidades econômicas da população;

8) Alimentação, com incentivo à indústria de alimentos e ao desenvolvimento da agricultura do Estado do Rio de Janeiro;

9) Segurança, com a melhoria do nível sócio-cultural do policial e sua maior integração com a população, além do entrosamento entre as polícias Civil e Militar;

10) Promoção Social como referência básica para os programas governamentais.

Estas prioridades e as diretrizes setoriais da proposta de programa de Miro Teixeira estão em debate e todos os sindicatos, associações comunitárias, instituições democráticas e eleitores poderão contribuir para a elaboração do programa definitivo com críticas e sugestões. Os grupos de trabalho, funcionando na sede do Diretório Regional do PMDB, na avenida Rio Branco, 177, 4º andar, estão analisando todas as críticas e sugestões.



PDT também vota em Aluizio Alves

Natal (Do Correspondente) — Em nota oficial distribuída à imprensa desta capital, a Comissão Executiva Regional do PDT, depois de protestar contra a vinculação total dos votos, medida antidemocrática que “inviabilizou o partido no Rio Grande do Norte para concorrer a cargos eletivos”, se solidariza com os candidatos do PMDB e conclama os membros do partido a votarem na oposição unida para derrotar nas urnas o atual sistema de poder e o seu partido — o PDS.

Esta decisão da Executiva do PDT/RN corresponde aos anseios das bases deste partido. Anteriormente, representantes de 27 diretórios municipais da zona oeste do Estado, reunidos na cidade de Mossoró, decidiram apoiar os candidatos do PMDB. O PDT junta-se assim às fileiras da oposição para a grande vitória nas eleições de 15 de novembro, quando as forças democráticas e populares elegerão Aluizio Alves governador do Estado.

Miro Teixeira inicia campanha nas fábricas

A partir da visita do deputado federal Miro Teixeira, candidato a governador do PMDB, aos operários da White Martins e da Remington, na Cidade Alta e em Guadalupe, ao longo da Avenida Brasil, a campanha eleitoral no Rio de Janeiro voltou-se também para as mais importantes concentrações operárias do Rio de Janeiro. Miro Teixeira, depois do êxito da iniciativa de sexta-feira da semana passada, anunciou que repetirá seus encontros com os operários, visitando as principais fábricas fluminenses.

Acompanhado de Hércules Corrêa, candidato a deputado federal, Alves de Brito, deputado estadual que postula a reeleição, e Alberto Rajão, candidato a vereador, Miro Teixeira distribuiu as tabelas do PMDB denunciando a manipulação das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conversou com os operários e ouviu suas reivindicações, recomendando a todos que procurassem seu sindicato para, com ele, reclamar o pagamento do dinheiro que lhes é devido pelos bancos. Tanto na White Martins como na Remington, o candidato majoritário discursou rapidamente para os trabalhadores, o que também foi feito por Hércules Corrêa, Alves de Brito e Alberto Rajão.

White Martins

Pouco antes da saída dos 700 operários da White Martins, na Cidade Alta, às 17h15 m, Miro Teixeira chegou ao portão da empresa, carregando ele mesmo os pacotes com as tabelas do PMDB. Estava acompanhado do deputado estadual Alves de Brito, mas no local já se encontravam Hércules Corrêa e Alberto Rajão.



Miro Teixeira discursa na porta da White Martins, ladeado por Alberto Rajão, Hércules Corrêa e Alves de Brito. A campanha do PMDB carioca ganha as fábricas.

PDR apóia Pedro Simon

O PMDB gaúcho conta também com o apoio do PDR (Partido Democrático Republicano) para derrotar o PDS nas eleições de 15 de novembro. O partido, fundado por familiares do ex-vice-presidente Pedro Aleixo, não conseguiu se constituir a nível nacional e no Estado conta atualmente com 17 comissões provisórias.

Por menor que seja a expressão do PDR do Rio Grande do Sul, o fato de ter se juntado às forças democráticas — antes dele já o haviam feito correntes trabalhistas do PDT e o PTB — caracteriza bem a intenção dos gaúchos que é de unir todos sob uma mesma sigla para derrotar o ex-ministro Jair Soares.

Enquanto o candidato do PDS usa e abusa da máquina administrativa do Estado, usando todas as secretarias, o senador Pedro Simon consolida sua liderança na capital e na grande Porto Alegre, alternando roteiros com os demais candidatos à chapa majoritária, Odacir Klein (candidato a vice-governador) e Paulo Brossard (candidato à reeleição para o Senado).

Nominatas

Além de representar o maior partido de oposição a nível nacional e estadual, o PMDB tem a maior nominata para as eleições de 15 de novembro. São 39 candidatos a deputado federal, 81 a deputado estadual e 99 para vereadores de Porto Alegre. Com esse número o partido quase chegou ao limite de candidatos permitido por lei, que são 43 para federal, 84 para estadual e 99 para vereadores da capital. Nenhum partido, nem o próprio PDS, com sua máquina administrativa, conseguiu registrar tantos candidatos. O PDT, do ex-governador Leonel Brizola, está muito abaixo do PDS em termos de nominata.

Para o senador Pedro Simon, que sempre procurou lançar o maior número de candidatos, teoricamente isso traz mais votos para o PMDB, uma vez que o voto é vinculado. Em consequência dessa mobilização partidária, ele acha que o primeiro round já está ganho.

(Da sucursal de Porto Alegre)

Remington

— Hoje o senhor demonstrou que realmente tem respeito e faz questão dos nossos votos vindo aqui na porta da fábrica conversar conosco. Os outros nada fazem. Pode contar com o meu voto.

Assim, Haidê Vieira da Mota, inspetora de máquinas de escrever, explicou a Miro Teixeira a razão de sua emoção ao sair da fábrica onde trabalha, a Remington Rand do Brasil, em Guadalupe. Como muitas outras operárias, deparou-se com Miro Teixeira tão logo atravessou os portões daquela empresa. O candidato majoritário do PMDB se viu cercado de trabalhadores durante todo o tempo em que permaneceu no local, das 17h30m. até às 18 horas. Sua chegada também fora anunciada pouco antes pelos alto-falantes da kombi e, antes mesmo do apito da fábrica tocar, muitos operários já haviam agrupado no pátio interno para ver os candidatos do PMDB. Hércules Corrêa, Alves de Brito e Alberto Rajão, também no local, conversaram animadamente com grupos de trabalhadores que se formavam depois da saída, examinando as tabelas do PMDB.

Pouco depois da chegada de Miro Teixeira à porta da Remington, também compareceram ao local o candidato a vice-governador, deputado federal Jorge Gama, e o deputado estadual Gilberto Rodrigues, que foram ao encontro do candidato a governador para uma outra atividade eleitoral do PMDB, no município de Nilópolis. Também distribuíram as tabelas do FGTS e conversaram com os trabalhadores.

Alberto Rajão, candidato a vereador, foi o primeiro a discursar para os operários reunidos na porta da Remington. Explicou que o PMDB luta por um governo democrático no Rio de Janeiro, de ampla coalizão e capaz de contribuir juntamente com outros governos de oposição, para a plena democratização da vida nacional. Alves de Brito criticou a política econômica e financeira do governo, o desemprego, a rotatividade da força-de-trabalho, a falta de autonomia e liberdades sindicais. Hércules Corrêa destacou a importância das eleições, o papel nelas desempenhado pelo PMDB e a necessidade dos trabalhadores, fortalecendo sua unidade e organização, votarem nos candidatos comprometidos com a proposta de um governo não excludente, de ampla coalizão democrática e aberto à participação popular.

Miro Teixeira, fechando os pronunciamentos, denunciou a manipulação do Fundo de Garantia e novamente recomendou que os trabalhadores procurassem o sindicato para reivindicar seus direitos. Depois, ressaltou a importância das eleições:

— A partir de novembro, quando a oposição deverá eleger a maioria dos governadores dos Estados, a tendência da situação é melhorar. Isto porque os governadores oposicionistas terão condições de cobrar do Poder Central alterações na política econômica e social, o que, sem dúvida, trará benefícios para as classes menos favorecidas.

Moradores das redondezas esperavam a chegada de Miro Teixeira e no interior da fábrica era grande expectativa dos operários, porque dez minutos antes os alto-falantes de uma kombi anunciavam a visita do candidato a governador do PMDB.

— Olhai companheiro, esta tabela é pra

você fazer os cálculos sobre o seu Fundo de Garantia que está sendo desviado. Quando você chegar em casa vá tentando devagarinho fazer os cálculos e se houver dificuldade procure seu sindicato. É importante que você defenda seus interesses e o seu dinheiro — afirmava Miro Teixeira, aos operários que iam saindo, enquanto distribuía as tabelas do FGTS, juntamente com Hércules Corrêa, Alves de Brito e Alberto Rajão.

Os operários, que haviam recebido o pagamento, estavam apressados mas mesmo assim cumprimentavam o candidato, trocavam algumas palavras e, em grande número, permaneciam na porta da empresa, para aguardar os discursos dos candidatos. O cego José Antônio Valente, que trabalha há seis anos na seção de montagem da White Martins, depois de abraçar Miro, disse a Hércules Corrêa que lamentava não poder votar mas que sua família votará com os candidatos do PMDB. O operário José Oliveira fez questão de ir ao microfone:

— Ele está certo, pessoal, quando denuncia esse problema do Fundo. Eu mesmo sou testemunha, porque há seis anos saí de uma firma e levei "ferro".

Paulo Cesar Teixeira, da Gerência de Recursos Humanos, solicitou um folheto e, depois de examiná-lo, considerou a tabela "um estudo muito bom". Miro Teixeira, depois dos pronunciamentos de Alberto Rajão, Alves de Brito e Hércules Corrêa, falou para um grupo de cem operários:

— Há muito tempo que não se vê uma mobilização como esta. Isto é democracia e muitos de vocês não sabem o que é votar para governador. Estamos aqui para dizer que o PMDB é o único partido que tem condições de promover as mudanças neste país.

A pureza republicana e o 15 de novembro de 1982

Eleições gerais, livres e honestas, ou quase livres e quase honestas, como as que se realizarão a 15 de novembro, afinal de contas constituem acontecimento digno de registro dentro deste falado e ultra-interpretado processo de abertura política que já completou sete anos, que dá por um lado e tira por outro. A fazer-se justiça, no entanto, deve-se reconhecer que o processo mais tem sido obrigado a dar do que tem tirado no terreno político, assim como muito mais tem tirado do que concedido no terreno sócio-econômico: pode-se falar e agir um pouco mais, porém é-se obrigado a comer e morar muito menos. Assim vistas as coisas — e esta é uma maneira realista de vê-las e senti-las — parece razoável concluir que esse processo, em função do tempo, conspira, trabalha incessante e crescentemente contra o Governo responsável pelo seu desenvolvimento.

O que se terá de registrar, portanto, a 15 de novembro, não será apenas um episódio de invulgar importância política; o mais importante será o quadro sócio-econômico dentro do qual o pleito se desenvolverá. As dificuldades econômicas e o sofrimento do povo, sem dúvida, terão se agravado e, também sem dúvida, caberá ao Governo e seus candidatos o ônus pesado de absorvê-los. A campanha eleitoral do situacionismo, então, terá de ficar nas alturas "da pátria amada, idolatrada", no alarde do bom funcionamento dos telefones e, especialmente, em renovadas promessas de que tudo irá melhorar daqui a pouco, para o "bom e generoso povo brasileiro". Acontece que uma boa parcela dos políticos situacionistas de certa responsa-

bilidade não empenharão as suas candidaturas no balcão do Governo. Uns não o farão por natural escrupulo e outros, porque temem o desprezo de seu eleitorado.

Estas considerações, presumivelmente, terão um relevo crescente à medida que o tempo avança, não esquecendo nunca que no cenário mundial e particularmente na nossa América Latina os ventos vêm soprando com surpreendente violência e de surpreendentes quadrantes.

Então, qual vai ser o resultado do pleito de 15 de novembro, como desfecho eleitoral e como perspectiva na política ulterior? Adivinhar, por escrito, num dos poucos jornais sérios deste país, não me disponho a essa aventura: não sou de ferro. Mas, afinal, alguns prognósticos ou previsões "possíveis" sempre encontram lugar no coração dos brasileiros, quase todos catadráticos no assunto responsável por noventa por cento do prestígio mundial do Brasil.

Uma primeira previsão deverá acontecer: os congressistas eleitos pelo PDS, de um modo geral, serão menos submissos a um Poder Executivo que, em escala nacional sofrerá sérias fraturas em favor das oposições. Os próprios governadores eleitos pelo PDS não irão gostar de receber e cumprir o recado para nomear este ou aquele militar ou civil para o cargo de seu secretário de Segurança. O sistema tributário que vem dando alento à política de pressão da União sobre os estados, deverá sofrer invencível impacto de parte dos governos oposicionistas dos estados e dos municípios mais importantes. Os senadores e deputados da

provável minoria (o governo) terão de atuar sob hegemonia de uma maioria oponente e que sempre terá poder de decisão no processo legislativo ordinário. As leis ordinárias envolvem enorme parcela de poder e a faculdade de aprová-las estará com a oposição. Certo que o presidente, com o veto, poderá obrigar a uma confirmação de 2/3. Mas até onde o presidente estará disposto a vetar leis que o povo reclama? E até onde os seus vetos vingarão?

A carga de trabalho do ministro da Casa Civil ficará grandemente reduzida: elevado número de recados do sistema serão inviáveis desde o nascedouro. O controle da execução orçamentária e das contas do governo passarão a ser (provavelmente) um instrumento de grande poder político, capaz de servir validamente ao combate à corrupção e às mordomias em geral.

Sim, o sistema preparou as coisas para assegurar-se a disponibilidade permanente de seu atual poder de decisão. Mas, como se vê, os iniciados do Mosteiro de Brasília ficaram e continuam encantados com as "informações fidedignas" que a bajulação oficial lhes assopra nos ouvidos. Resultado: não preparam um "pacote" tão virtuoso quanto se lhes tornava necessário.

Se a primeira previsão é, como se acentuou, a de que a bancada situacionista terá uma qualidade diferente, no sentido de que será muito menos dependente do General Chefe do Partido e do Governo, a segunda previsão é a de que essa bancada daqui até a eleição irá perder terreno. Até que ponto? O próprio Governo e os seus juristas e filósofos já

deixaram claro que não esperam contar com a maioria do Congresso apesar dos biônicos. A grande batalha do oficialismo, portanto, terá como objetivo conquistar uma bancada com mais de um terço das cadeiras parlamentares. Conquistará? Pode que sim e pode que não. Se não conseguir, o feitiço terá se virado contra o feiticeiro, e, então, o povo brasileiro passará a ter uma grande chance de realizar sem demora a sua Assembléia Nacional Constituinte com a liquidação dos restos da ditadura.

Mas, se conseguir o terço ainda não se terá assegurado que, com isso, irá impedir emendas à Constituição. Será necessário que todos os seus membros continuem humildes e obedientes ao Sr. General Chefe do Partido, cuja cornucópia de favores será bem menor para uma clientela maior e mais exigente.

Por último — e o que é mais importante — o "pacote" não considerou um fator que é da natureza da democracia: o povo. A história mostra que o povo é capaz de decidir em um dia o que os governos imaginam resolver daqui a dez anos.

Esse dia nunca está previamente marcado, nem fica antecipadamente definido quanto à sua natureza. Mas nada impede que esse dia seja escolhido pelo próprio governo: 15 de novembro, data que é um convite ao restabelecimento da pureza republicana.

Júlio Teixeira

Júlio Teixeira é advogado, foi constituinte riograndense em 1946 e presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.



Família de vítima da bomba de Recife está exigindo reabertura de apuração

O filho mais velho de uma das principais vítimas, em carta pela imprensa, acrescenta novos dados sobre o atentado no aeroporto de Guararapes, repudiando acusações contra grupos de esquerda.

Dezesseis anos decorridos do brutal atentado do aeroporto dos Guararapes, em que perderam a vida o jornalista e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife, Edson Régis, então Secretário de Estado, e o almirante da reserva Nelson Gomes Fernandes, a família Régis, à frente o filho mais velho de uma das principais vítimas, divulgou uma carta pela imprensa do Recife exigindo a reabertura das investigações a respeito do covarde acontecimento.

Na manhã do dia 25 de julho de 1966, quando o aeroporto do Recife se encontrava repleto de militares do Exército, um poderoso petardo explodiu, causando inúmeras vítimas, inclusive dois mortos e alguns feridos graves. Anunciara-se, de véspera, que naquela hora deveria descer no Recife o avião que transportaria de João Pessoa para a capital pernambucana o então Ministro da Guerra e candidato à Presidência da República General Costa e Silva.

Especula-se que, sendo informado por seus serviços de informação e contra-espionagem, o Ministro da Guerra deliberou de última hora viajar da Paraíba a Pernambuco por terra, frustrando a expectativa da grande massa de oficiais do Exército que o esperavam pela manhã daquele dia.

Houve outras bombas

Conforme se veio a saber, a bomba explodiu na sala de recepções de passageiros à mesma hora em que teria de chegar ao Recife o futuro Presidente da República, com sua comitiva.

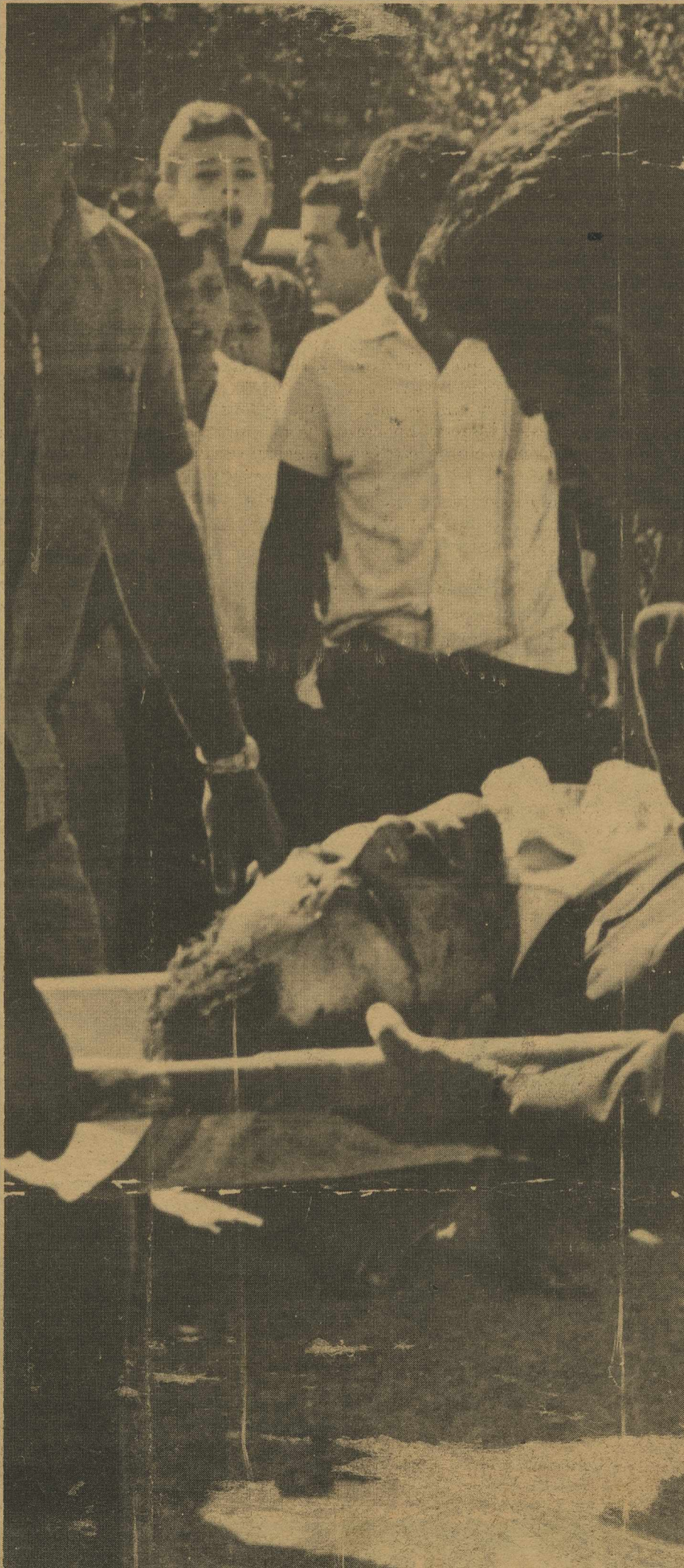
Nesse mesmo dia, outras bombas explodiram na cidade, inclusive na sede do Diretório Central de Estudantes, na rua Gervásio Pires. Cinco dias antes, outro petardo explodira nas instalações externas da Assembléia Legislativa, danificando janelas e paredes.

Vivia-se na época a sucessão do governador Paulo Guerra, sendo candidato a substituí-lo, entre outros, o General Antônio Carlos da Silva Murici, Comandante da 7ª Região Militar.

Na Convenção da ARENA, o nome do General Murici obtivera inexpressiva votação, o que irritava os militares da "linha dura", de que Murici era o líder.

Abertas as investigações, tanto na área da polícia civil como no setor da Aeronáutica, os inquéritos se arrastaram por longos meses, sem que se chegasse a nenhuma conclusão quanto à autoria do crime.

A partir da bomba do aeroporto dos Guararapes, os órgãos de segurança passaram a montar sucessivas chantagens, ora acusando uns, ora outros elementos tidos como "subversivos". No dia 1.º de julho de 1971, o DOPS de Pernambuco noticiou o "estouro de um aparelho comunista", durante o qual foi morto pela polícia Francisco José Severo Ferreira, acusado pelos delegados José Silvestre e Redvaldo Acióli como "o



O jornalista Edson Régis, ainda com vida, é transportado para o Hospital da Aeronáutica, onde faleceu minutos depois.

verdadeiro autor da bomba do aeroporto".

Ao mesmo tempo, a polícia apontava outros "implicados" no atentado, entre eles, Ricardo Zarattini, José Hamilton e Ednaldo Medeiros, engenheiros civis. Com a absolvição dos dois primeiros, a Justiça Militar terminou por condenar Ednaldo a dois anos de prisão como "autor" da bomba. Ednaldo havia sido também absolvido pela Auditoria do Recife, sendo sua condenação decidida pelo Superior Tribunal Militar, em grau de apelação.

O povo de Pernambuco nunca se deixou iludir pelas versões policiais. O atentado, segundo a opinião pública, fora planejado por elementos da extrema direita — o que era contestado pelos órgãos de segurança.

As calúnias de sempre

Agora, dezesseis anos depois, no momento em que algumas entidades ligadas à polícia e ao governo de Pernambuco fazem divulgar pela imprensa uma série de homenagens às vítimas da bomba do aeroporto, ao mesmo tempo em que reiteram a calúnia de que foram os esquerdistas os responsáveis pelo atentado, a família do jornalista Edson Régis rompe um longo silêncio e através do jovem advogado Flávio Régis de Carvalho exige a reabertura das investigações. Segundo Flávio, filho do jornalista morto, "a família não abre mão do direito que tem de ver identificados os autores de tão covarde quando bem urdida trama, até hoje envolta em denso mistério, do mesmo modo que as tragédias que vitimaram Rubem Paiva, Odijas Carvalho e os igualmente revoltantes atentados à OAB e Riocentro".

Com isso, a família denuncia outros crimes cometidos contra presos e perseguidos políticos, como os que vitimaram o ex-deputado Rubem Paiva, no Rio, e o líder estudantil Odijas Carvalho de Souza, assassinado no DOPS de Pernambuco a ponta-pés.

A partir de agora, não mais terá condições a extrema direita de utilizar o nome do saudoso jornalista Edson Régis como forma de chantagear suas provocações contra as forças democráticas. Vale lembrar que a viúva de Edson, senhora Isabel Régis, jamais compareceu a qualquer "homenagem" dos sucessivos governos à memória do seu esposo, desde os primeiros dias do atentado.

É de esperar que, atendendo aos rogos da família Régis e à pressão da opinião pública, o governo de Pernambuco e, no caso particular, a Aeronáutica, retomem as investigações para apurar, em definitivo, a autoria do brutal crime do aeroporto dos Guararapes.

Segundo a família Régis, o atentado do aeroporto do Recife tem origem nas mesmas forças obscurantistas que provocaram a tragédia do Riocentro e da OAB, em 1981.

Almino Affonso: povo reclama direito

Para o candidato paulista ao Senado pelo PMDB Almino Affonso, de nada valeram nem a supressão das liberdades públicas, nem a marginalização do povo do processo político, nem as brutalidades implantadas nestes anos todos. "O regime é um fracasso de ponta a ponta, na área econômica e na área social", afirma Almino nesta entrevista à VU, onde apresenta sua plataforma de luta.

Como o sr. vê a atual crise econômica do país?

Como o malogro mais ostensivo do regime autoritário que aí está. É preciso ter presente que o golpe de Estado de 64 foi dado sob o argumento de que o país estava economicamente arrebentado. De que era necessário por ordem na casa. Para sanear as finanças e ordenar o desenvolvimento, os donos do poder valeram-se de todos os mecanismos que lhes pareceram necessários. A começar pela supressão das liberdades, impedindo que os setores sociais, sobretudo aqueles que vivem do seu próprio salário, opinassem.

É sabido que o ponto fundamental previsto pelo êxito do regime autoritário, em termos econômicos, passou sempre sobre a espoliação salarial. Durante muito tempo, a política relativa a salários significou, na prática, uma constante tomada dos rendimentos resultantes do trabalho, através de revisões salariais abaixo do efetivo aumento do custo de vida. Tudo isto para que fosse viável uma concentração da renda que eles consideravam questão fundamental para o grande salto desenvolvimentista do país.

Que outras medidas o regime autoritário empregou para espoliar os setores sociais dependentes de salários?

Verdadeiramente, não apenas a política salarial, de maneira direta, foi usada,

mas outras medidas também foram adotadas, como por exemplo, o FGTS, que a rigor tinha como finalidade criar as condições para a rotatividade da mão-de-obra. Através do FGTS, uma vez mais, se buscava alcançar um permanente achatamento dos salários, tendo em vista que aqueles que eram demitidos, ao retornarem às empresas, eram acolhidos em pisos salariais mais baixos.

Além disso, a própria política tributária carregou sempre, permanentemente, sobre aqueles que vivem de salários, como os operários, os empregados de serviços, os funcionários, públicos; 2/3 do que se arrecada no país, a título de tributos, podendo chamá-los impostos indiretos. Por outro lado, apenas 1/3 provem do imposto direto, vale dizer, o imposto sobre o capital. Através deste tripé, o regime compeliu a capacidade de compra do povo, achatou-a e assegurou o rendimento crescente concentrado na mão de uma minoria.

Neste caso, qual seria a alternativa?

Ora, depois de 18 anos de uma prática constante norteada por estas linhas gerais que eu estou aqui resumindo, o quadro econômico que o país atravessa é calamitoso. Uma inflação confessada já da ordem de 90%. Estima-se que logo mais ela cruze a casa dos 100%. Uma dívida externa já de US\$ 90 bilhões; um desemprego asfixiando parte ponderável de trabalhadores que já estavam incorporados ao mercado de trabalho; e um

salário que, embora reajustado semestralmente, não cobre a inflação que corrói o seu próprio poder aquisitivo.

Resumindo, de nada valeram nem a supressão das liberdades públicas, nem a marginalização do povo do processo político, nem as brutalidades implantadas nestes anos todos. O regime é um fracasso de ponta a ponta, na área econômica e na área social.

A única saída que o povo reclama com urgência neste momento é a devolução do direito dele decidir sobre o destino do país. Neste sentido, as eleições de novembro são a grande expectativa que todos nós vivemos, porque estamos certos de que através delas o povo mostrará que o regime é rigorosamente contrário aos interesses da Nação.

De que forma pode se dar a participação dos trabalhadores nas decisões sócio-político-econômicas da Nação?

A preliminar da participação é a restauração democrática. Só com as liberdades públicas garantidas em todos os níveis nós poderemos pensar na participação dos trabalhadores, também em todas as instâncias. A idéia da participação é algo muito importante.

Durante muito tempo, a visão democrática limitava-se à representação, ou seja, era o que se dizia a democracia representativa, caracterizada pela eleição dos vereadores, deputados, senadores. Com a complexidade cada vez maior da sociedade moderna, isso já não basta. É necessário, além da democracia representativa que se dá ao nível do Parlamento, ampliá-la, até alcançarmos aquilo que estamos hoje chamando democracia participatória.

De que modo pode se dar a democracia participatória?

Em primeiro lugar, garantindo-se a liberdade sindical, de forma a que os trabalhadores possam livremente organizar-se em sindicatos e através deles defender seus próprios interesses.

Em segundo lugar, através da participação dos trabalhadores na própria direção da empresa, seja em comissões de fábrica, seja através de delegados sindicais, que permitam aos trabalhadores debater e influir na própria política empresarial em vários ângulos: a política de defesa do trabalhador frente aos riscos do acidente de trabalho; a defesa do trabalhador frente às condições de trabalho, que podem influir diretamente na sua saúde; a política da jornada de

trabalho, de modo a permitir que o trabalhador tenha suas horas de repouso respeitadas, tenha seus intervalos de descanso garantidos, sem que isso prejudique o conjunto da produtividade que a empresa persegue; seja através de uma política salarial adequada, que tome em conta a produtividade da empresa, mas que tome em conta também as necessidades concretas sociais do trabalhador; seja através de um conjunto de medidas sociais que garantam, de maneira particular, à mulher trabalhadora, condições de preservação dos seus direitos como mulher-mãe, com creches e horas de amamentação respeitadas.

Tudo isso que está previsto na legislação social, se não houver uma fiscalização direta da parte dos nossos trabalhadores, com muita freqüência é relegado a um segundo plano.

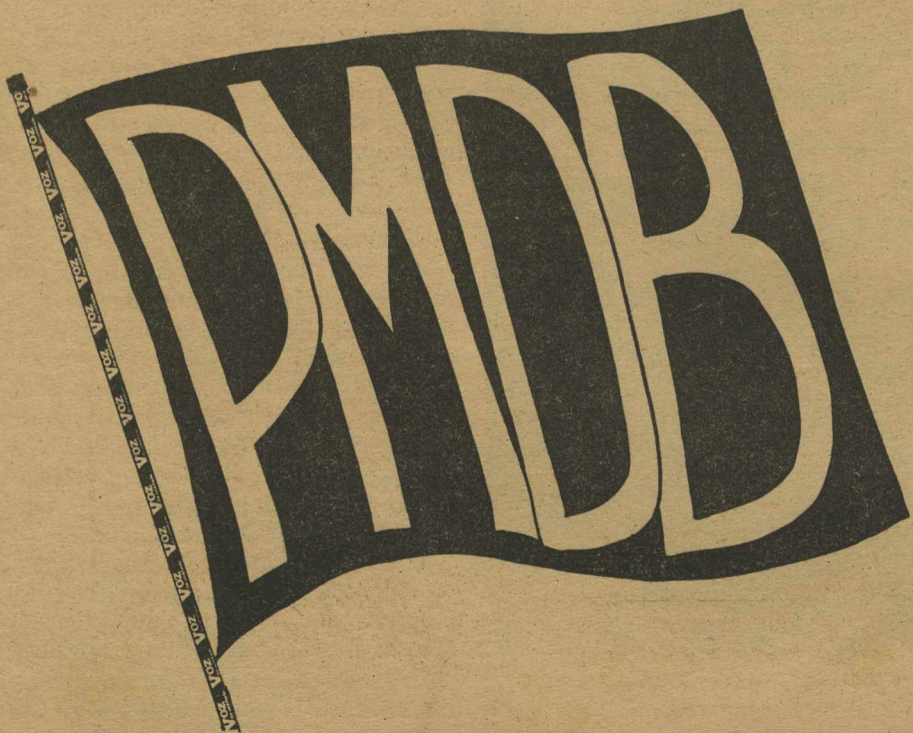
Que outra forma de participação dos trabalhadores existe?

Há, sem dúvida, outras formas de participação. Por exemplo, o Estado de São Paulo é hoje administrado de dois modos: um, através da chamada administração direta, as secretarias de Estado, as instituições estatais; outro, a chamada administração indireta, que é composta por centenas de empresas e que jogam um papel enormemente grande no conjunto das atividades do Estado de São Paulo.

Pois bem, é perfeitamente legítimo e o programa do senador Franco Montoro como candidato ao governo do Estado prevê isso. E que na direção das empresas do Estado, os trabalhadores tenham uma presença, através de diretores livremente eleitos pelos próprios trabalhadores. Outro exemplo é a futura Secretaria do Trabalho. Ao invés de colocar-se um advogado trabalhista pura e simplesmente, um político, um técnico, pois por que não colocar-se diretamente uma liderança operária? Por que não entregar-se a gestão de uma secretaria tão importante na vida dos trabalhadores aquele que diretamente pode mais de perto traduzir as aspirações, as necessidades dos trabalhadores?

De que forma e quais mecanismos podem ser criados para possibilitar uma maior autonomia do Poder Legislativo?

Este é um debate antigo. Há mais de cem anos que há uma queda gradual, porém constante da importância do Parlamento, frente ao Poder Executivo. Sobretudo numa sociedade moderna, eminentemente capitalista, as funções de



Voto útil democrático é o único voto que pode

de decidir sobre o destino do país

ordem econômica implicam um assessoramento técnico de tal ordem que quase sempre o Poder Executivo vai assumindo, de maneira natural, uma preeminência sobre o Poder Legislativo. Este fenômeno já é de ordem histórica, geral, agravado enormemente nesses 18 anos de regime ditatorial, que na prática castrou de maneira quase absoluta aquilo que era poder inerente do Congresso Nacional. Supondo-se a abertura democrática, ainda assim, o fenômeno assinalado pela sua pergunta continuará existindo.

Se eleito senador por São Paulo, que soluções o sr. proporá?

Eu tenho várias inquietações e gostaria de levá-las adiante, transformando-as em propostas. Em primeiro lugar, eu acho que seria extremamente útil criar-se o chamado Poder de iniciativa legislativa do povo. Ou seja, hoje quem pode propor o projeto de lei é o deputado, é o senador, é o presidente da República, ou o governador, ou o prefeito. Eu ampliaria e acrescentaria também o poder de apresentar projetos de lei ao povo no seu conjunto.

Os sindicatos, as entidades estudantis, a Confederação dos Trabalhadores Rurais, a Universidade, órgãos que por sua natureza representam um conjunto importante da sociedade, poderiam ter a prerrogativa de também apresentar projetos de lei no Congresso Nacional. Votado aquele projeto apresentado por uma entidade sindical, universitária, social, cultural, seria acompanhado pela população com uma atenção enorme. Aquele setor da sociedade que tivesse tomado a iniciativa da proposição do projeto de lei teria parte direta na fiscalização de sua tramitação no Congresso.

Logo, o Congresso ganharia importância aos olhos daquela coletividade. Uma outra medida nós poderíamos tomar também da experiência de outros povos, que é o poder de revogação popular dos mandatos parlamentares. Assim como o povo elege e de repente se frustra pelo comportamento do parlamentar que foi eleito a partir de um programa apresentado à cidadania, por que não assegurar à cidadania o direito de revogar esse mandato, no instante em que esse representante trai a confiança popular?

Como o sr. vê as eleições de 15 de novembro?

O governo continua buscando fórmulas para dificultar a livre manifestação do povo em novembro. Desde as proibições das coligações partidárias, à votação vinculada, já agora a proposta de uma cédula na qual o eleitor terá de escrever o nome de um por um de seus escolhidos, desde governador a vereador. Todo um conjunto de medidas, enfim, deliberadamente voltadas para dificultar o eleitor mais simples, o eleitor mais modesto, o eleitor menos informado, ou inclusive de formação educativa menor.

Eu considero, entretanto, que apesar de tudo, a revolta é tão generalizada — à

excessão de multinacionais e de banqueiros — abrangendo desde empresários aos trabalhadores de todos os gêneros, que o povo saberá encontrar formas de superar as dificuldades legais e vencer o regime nas urnas. Eu sinto isso como algo incontrolável. Não é por acaso que o governo amedronta-se.

O governo sabe muito bem que não conta com o apoio de nenhum setor da sociedade, à exceção dos banqueiros que estão ganhando escandalosamente e das multinacionais que estão nos espoliando faz tempo. Eu sou, portanto, um homem otimista. Estou convencido que, apesar de tudo, nós venceremos do Amazonas ao Rio Grande do Sul, salvo 2 ou 3 Estados onde talvez não tenhamos condições de vitória.

O sr. poderia destacar alguns pontos de sua plataforma de luta?

Estes pontos que são aspectos centrais da minha plataforma, são pontos também constantes do próprio programa do PMDB. Eu apenas quero dar ênfase a esses aspectos, sobretudo porque eu vejo neles a continuação de uma luta antiga, da qual eu participei até 64, quando tive o meu mandato popular cassado e os meus direitos políticos suspensos.

Liberdade Sindical — Não há como você avançar democraticamente, sem garantir uma liberdade sindical que abranja também os próprios funcionários públicos. Porque é através da liberdade sindical que os assalariados de todos os tipos podem defender salário e condição de trabalho.

Reforma Agrária — Sem uma reforma agrária, nós continuaremos a ver o esmagamento do homem do campo, desde o pequeno sitiante, aos miseráveis bóias-frias. Nestes anos de regime autoritário, o que nós vimos foi a concentração maior da propriedade da terra nas mãos de uns poucos, enquanto milhões de cidadãos que trabalham a terra não têm nenhuma condição de acesso a ela e, portanto, de uma integração maior na economia de mercado.

Disciplinar o capital estrangeiro — A disciplina do capital estrangeiro, mais do que nunca, é urgente que nós a tenhamos. Não para impedir a participação do capital estrangeiro no nosso desenvolvimento, mas para tê-la de acordo com os interesses nacionais em áreas econômicas que nós consideremos adequadas para receber o capital estrangeiro, reservando outras tantas como sendo pivatas, ou da iniciativa do Estado brasileiro, ou do cidadão brasileiro. E buscando garantir através de um conjunto de medidas a sobrevivência da empresa brasileira, da empresa nacional, limitando a remessa de lucro e, sobretudo, decidindo o que é capital estrangeiro e o que não é. Ou seja, aquilo que efetivamente entra e é registrado como capital estrangeiro. É sobre isso que deveria ser computado o limite da remessa de lucros e o próprio repatriamento do capital, em seu momento oportuno.



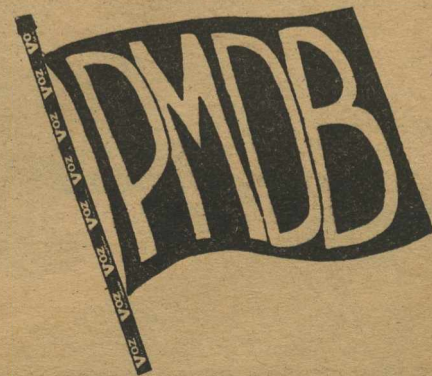
Política tributária — Nós somos um país hoje onde apenas a maioria paga o grosso dos impostos, enquanto que os ricos, a rigor, têm mil modos de serem dispensados da tributação. Então, ao invés de hoje, em que a arrecadação tributária é da ordem de 2/3 provenientes dos chamados impostos indiretos e apenas 1/3 sobre o capital, reformular de sorte que os que mais têm paguem mais e os que menos têm paguem menos.

Assembléia Nacional Constituinte — Do ponto de vista institucional, o coroamento da nossa luta, que ao longo desses 18 anos tem se dado das formas mais diversas, há de ser a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e que seja soberana nas suas decisões.

Política Externa — E, finalmente, a política externa que projete os interesses nacionais e não fique, como muitas vezes ocorre, apenas prestando serviços aos interesses dos grandes grupos internacionais, que nada têm a ver com os destinos históricos do Brasil. Que realize e contribua para o avanço de condições

que nos levem a uma paz entre todos os povos.

Ensino público e gratuito — A escola pública e gratuita como condição de uma igualdade de condições entre todos. Num país onde uma minoria apenas pode ter acesso à escola em todos os níveis, é em vão que se façam eleições, porque na prática continuará havendo cidadãos de primeira categoria e cidadãos de segunda categoria. Sou, portanto, um defensor intransigente da escola pública e gratuita no plano primário, no plano secundário e no plano universitário.



derrotar o governo: é PMDB de ponta a ponta

Agrava-se a concentração latifundiária no Brasil

107 mil latifúndios, representando apenas 2% dos estabelecimentos agrícolas, passam a dominar, em 1980, mais de 209 milhões de hectares ou 57% da área total das propriedades agrárias

De acordo com os resultados preliminares do Censo Agrícola de 1980, agora publicados, os estabelecimentos agropecuários, de área total igual ou superior a 500 hectares — que compõem o sistema latifundiário — continuam ampliando sua superfície de domínio, que era de 175 milhões no ano de 1975, para atingir em 1980 a soma recorde de 209 milhões de hectares de terras. Isso significa um acréscimo de cerca de 4% de seu poder territorial, ou mais 34 milhões de hectares conquistados no período de apenas cinco anos.

Os resultados censitários vêm, assim, confirmar, mais uma vez, o erro radical da política concentracionista do regime de 1964 que, também no território da Amazônia Legal, preferiu por em prática uma contra-reforma, em vez de utilizar as terras públicas para implantação de uma Reforma Agrária. A aceleração da concentração latifundiária — como os dados do Censo de 1980 comprovam — está sendo puxada, principalmente, pelos projetos agropecuários criados pelos últimos Governos da União, nas regiões Norte e Centro-Oeste. É nessas regiões, onde o INCRA alega estar realizando sua "colonização", que as terras estão sendo, de fato, cedidas ou quase doadas a grandes empresas multinacionais ou nacionais, para a formação de imensos latifúndios.

Se tomarmos como medida da concentração agrária, o agrupamento das

propriedades de 1.000 hectares acima (os dados a partir de 500 ha ainda não foram divulgados por Unidades de Federação), verificaremos que, enquanto nas regiões Norte e Centro-Oeste os estabelecimentos daquele tamanho estão fortemente concentrados (respectivamente 53,57% e 71,93% das terras estão nas mãos de proprietários de 1.000 hectares acima), nas demais regiões o grau da concentração é bem menor, como mostra o quadro a seguir:

Área dominada pelos estabelecimentos de 1.000ha acima

Regiões	% sobre total
Norte	53,57
Nordeste	32,66
Sudeste	29,77
Sul	25,27
Centro-Oeste	71,93

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário

O quadro, apesar de sua simplicidade, fornece elementos para que se distingam três tendências na evolução da estrutura agrária no conjunto do território nacional.

Nas regiões Norte e Centro-Oeste, que formam a área de ação da contra-reforma, onde o Governo interveio para criar novos e enormes latifúndios, é mais forte a tendência à concentração agrária.

Nessas duas regiões foram incorporadas, entre 1975 e 1980, perto de 20 milhões de hectares, dos quais apenas 2,4 milhões foram juntar-se às pequenas e médias explorações, de tamanho até 100 hectares. Os restantes, cerca de 17 milhões, foram engrossar o poder territorial dos latifúndios, contribuindo para aumentar a extensão das grandes propriedades.

Nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, a primeira caracterizada pelos velhos latifúndios tradicionais e as duas últimas caracterizadas pelo maior crescimento capitalista, prevalece a tendência para a fragmentação, embora por motivos e fatores diferentes. Os fatores determinantes da prevalência da fragmentação no Nordeste constituem-se da multiplicação intensa dos minifúndios que atingem a elevada soma de 1.658.152 minúsculos estabelecimentos, cujo tamanho médio não chega a 3 hectares, área insuficiente para prover o mínimo de subsistência necessária a uma família. No Sul e Sudeste, regiões de capitalismo em crescimento, o período que estamos examinando — de 1975 a 1980 — marca uma reversão: de 1950 a 1970 houve uma intensa fragmentação, traduzida pelo grande aumento do número de minifúndios (em São Paulo, por exemplo, eles aumentaram de 64.983 para 131.136, mais que o dobro); mas o movimento foi interrompido, depois de 1970, acentuando-se entre 1975 e 1980, quando o total de estabelecimentos decresceu, em São Paulo, de 131.136, em 1970, para 96.629, em 1980.

A destruição de empregos

Com o aumento do número de latifúndios e da conseqüente agravação

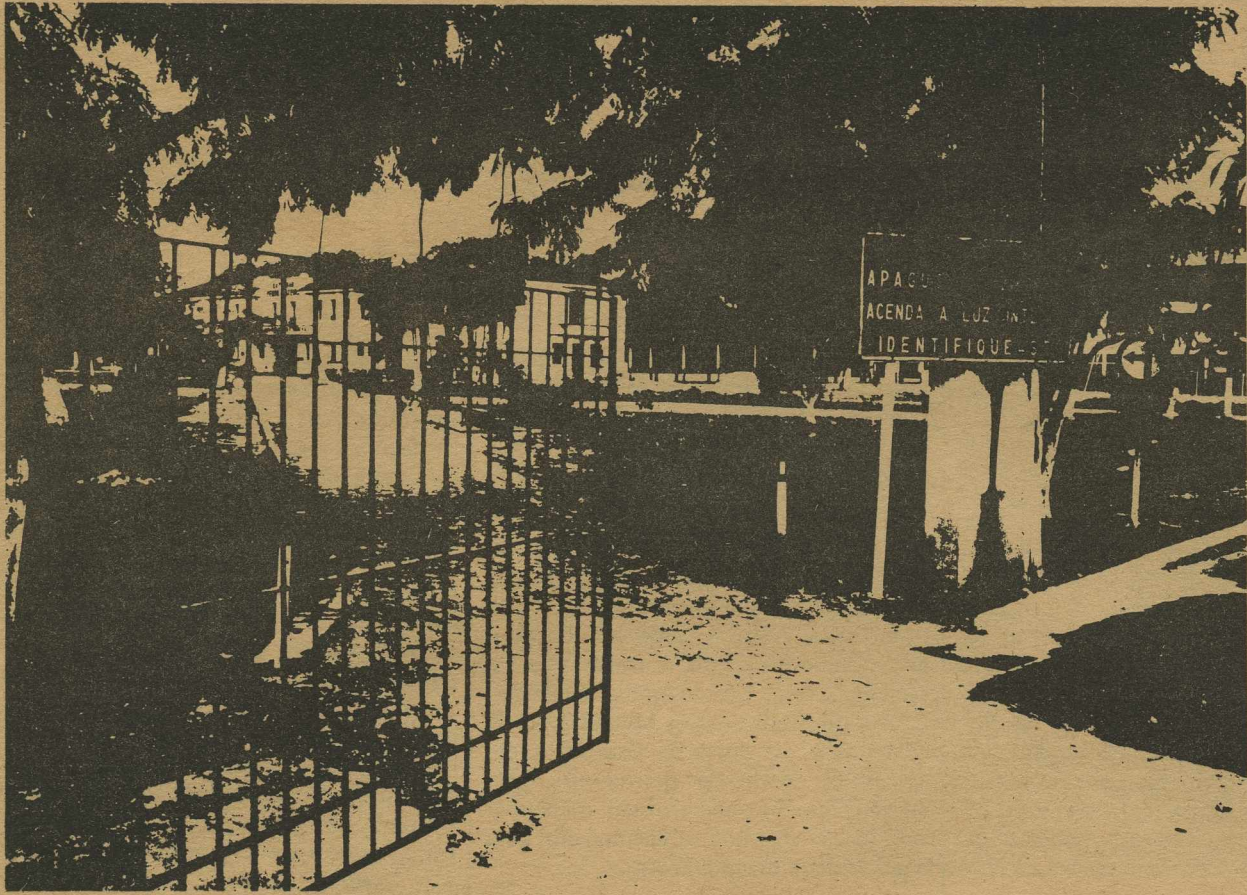
da concentração agrária, a ocupação da mão-de-obra teve, em diversas áreas, uma sensível diminuição e foi extremamente desigual. O total de pessoas com atividade na agricultura cresceu de somente 4% no período intercensitário, portanto, menos de 1% ao ano.

É certo que as facilidades concedidas às empresas produtoras de tratores e equipamentos agrícolas (financiamentos subsidiados e outras vantagens) fizeram com que aumentassem, tanto o parque de tratores, quanto o endividamento dos agricultores. Mas a oferta induzida de maquinaria, especialmente de tratores (seu número elevou-se nos cinco anos referidos, de 323 mil para 530 mil) teve, num país como o nosso, carente de empregos, um efeito predominantemente negativo: resultou na destruição de cerca de 2 a 4 milhões de empregos (ou 20 homens por trator).

Além do mais, o Censo Agrícola de 1980 veio mostrar que do total de 21 milhões empregados na atividade agrícola, uma parcela enorme da mão-de-obra no campo, da ordem de 7,9 milhões de pessoas, permanecem apegados aos minifúndios, os quais contam apenas com uma área total de 9 milhões de hectares de terra. Em contrapartida, os latifúndios, ou estabelecimentos de 500 hectares acima, apesar de disporem de 209 milhões de hectares, em seu conjunto, dão emprego a um contingente de mão-de-obra que não ultrapassa 1,6 milhão de pessoas.

A.P.G.





Padres e posseiros estão sendo submetidos a brutal regime carcerário

A nota da arquidiocese, assinada pelo arcebispo D. Alberto Gaudêncio Ramos, denunciando e protestando contra o tratamento cruel dispensado aos padres e posseiros e às exigências absurdas aos visitantes.

A sêde de punição aos padres Aristides Camio e François Gouriou e aos 13 posseiros do Araguaia, no sul do Pará, não cessou com as duras penas impostas pelo Conselho de Sentença da Justiça Militar. O promotor da Justiça Militar, advogado Demócrito Noronha, que divide essa atividade com a de membro da diretoria responsável pela organização da procissão religiosa do Círio de Nazaré em Belém, não ficou conformado com a sentença e recorreu ao Superior Tribunal Militar-STM pedindo mais anos de reclusão aos condenados.

Enquanto o processo segue seu curso na instância superior, em Belém, presos nas dependências do quartel do 2.º Batalhão de Infantaria da Selva, os dois padres franceses purgam a condenação sob permanente constrangimento físico e coação psicológica. O regime carcerário decretado pelos militares permite que eles, sob a mira de fuzis, tomem banho de sol somente três vezes a cada sete dias. A cela onde estão alojados não possui banheiro, sanitário, e nem mesmo uma simples pia com água encanada. Para se barbear, os padres o fazem sob a mira de uma pistola apontada para suas cabeças, sob o pretexto, segundo os métodos preventivos das prisões, de se evitar qualquer tentativa de suicídio com o aproveitamento, como arma, do aparelho de barbear.

A situação dos posseiros não difere muito da dos padres. Mas muito pior mesmo é a dos dois lavradores que se recusaram a acusar os padres franceses de terem sido os incitadores da emboscada contra a diligência de

funcionários do Grupo Executivo de Terras Araguaia/ Tocantins (Getat), agentes da Polícia Federal e o capataz (denunciado como pistoleiro) de um foreiro da região, em agosto do ano passado, cuja missão não era outra senão a de expulsar trabalhadores de terras devolutas do Estado. Ou de terras onde os títulos de propriedade não resistem a um exame técnico. A legitimidade e autenticidade desses papéis podem ser comparadas à legitimidade e autenticidade do regime que nos governa (ou des-governa).

Raimundo Pereira de Anunciação e Venâncio Pereira de Assunção, os dois lavradores que resistiram à coação e se negaram a responsabilizar os padres como incitadores de sua revolta contra os desmandos de funcionários do governo supostamente pagos pela nação para encontrar soluções para seus problemas fundiários, foram colocados em celas separadas e isolados de seus outros companheiros. Trata-se, é claro, de mais uma punição da justiça militar aos posseiros considerados desobedientes.

Todos têm que se despir

Os desmandos não param aí. O tempo destinado às visitas foi reduzido de 4 para apenas uma hora de um dia da semana. Além disso, por ordem superior, todas as visitas são obrigadas a uma revista desencorajadora, que inclui a exigência do visitante se despir completamente

DENÚNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES CARCERÁRIAS DE PADRES E POSSEIROS

Embora a conjuntura política impeça que o Exército e o restante do aparato militar exerça uma ação de fustigação e assédio dentro das dependências...

A situação em que foram colocados os 13 posseiros e os Pais Aristides e Francisco após o julgamento não poderia ser menos absurda. A concessão pelo local onde estão atualmente, os padres e os posseiros estão encarcerados, ou seja, no 2.º Btl. (Batalhão de Infantaria da Selva) e no Quartel do 1.º COMAR...

O regime carcerário imposto aos padres permite que eles se dirijam ao salão do 2.º Btl. para o banho de sol somente três vezes por semana, em condições somente semelhantes ao imposto durante o período Militar. A cela onde estão alojados não possui banheiro, sanitário, e sequer uma pia com água encanada...

em completamente, na presença de 2 agentes militares. Além disso a revista e o despojamento de quem desejam visitar os padres, é de tal forma degradante, que não tem outro objetivo senão o de desencorajar os visitantes e colocar os presos no mais completo isolamento. Este fato é fidedigno de ser perfeitamente sabido que as visitas aos presos foram reduzidas de 4 para somente uma hora semanal.

Temos plena certeza de que somente a união e a mobilização de todos os interessados em Direitos Humanos e Justiça é que conseguiremos a liberdade dos padres e posseiros, que hoje são para nós acima de tudo, o exemplo de homens que não se casaram diante da injustiça do opressor.

Pela anistia ampla, geral e irrestrita
Pela Reforma Agrária radical e imediata
— Contra a Lei de Segurança Nacional!
— Contra a Lei dos Estrangeiros!

Pela imediata libertação dos padres e posseiros!
Belém, 11 de agosto de 1982
Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia - MLPA

Relemos que os companheiros enviem notas, cartas ou telegramas sobre essa situação e para a mudança do local de prisão, assim como melhor as condições carcerárias dos padres e posseiros, para os seguintes endereços:

1. Presidente do Superior Tribunal Militar
70.000 Brasília - DF
2. Ministro da Justiça
Ibrahim Abi Azevê
Esplanada dos Ministérios - 4º andar
70.000 Brasília - DF
3. Dr. Juracy Nery Costa - Juiz Auditor
Av. Governador José Malcher
88 - C.A. - Auditoria Militar
66.000 Belém - Pará

NOTA DA ARQUIDIOCESE AO POVO.

Com rigor excessivo e verdadeiro desrespeito às pessoas, estão sendo tratados os que desejam visitar os padres Aristides e Francisco, dentro do horário permitido, uma vez por semana, no Quartel do 2.º Batalhão de Infantaria da Selva em Belém.

O exagero é tanto e tão vergonhoso que os sacerdotes se vêem obrigados a despir-se completamente, para a revista, na presença de dois agentes militares. É a infâmia chegou ao ponto de serem feitas as mesmas exigências ao Exmo. Sr. Dom Vicente Zico, arcebispo Coadjuutor, o qual se recusou a esse vexame, protestando com veemência contra esse abuso que fere a dignidade humana.

Mais, ao retirar-se do quartel, após uma rápida visita de 3 ou 4 minutos aos padres presos, D. Vicente ainda foi acompanhado até às proximidades do portão de saída, por um soldado armado de metralhadora cumprindo ordens superiores.

Considerando que se tratava de uma autoridade eclesial, que representava, na circunstância, toda a Arquidiocese de Belém, manifestamos de público nosso protesto e nosso repúdio a tal procedimento, destoante de todas as normas que sempre tem norteado o relacionamento entre o Estado e a Igreja.

Belém, 6 de agosto de 1982

Alberto Ramos
Arcebispo de Belém

Dia 31 de agosto, Dia Nacional de Protesto pela prisão e condenação dos padres e posseiros do Araguaia.

para ter acesso aos padres e posseiros. Essa demonstração de intimidação não respeitou nem mesmo o bispo coadjutor da Arquidiocese de Belém, D. Zico, o qual, intimado a despir-se, recusou e não aceitou submeter-se a essa medida absurda e humilhante.

A Arquidiocese de Belém, em nota assinada pelo Arcebispo D. Alberto Ramos, protestou contra mais essa arbitrariedade da justiça administrativa pelos militares, a qual, salvo honrosas exceções, tem sido dirigida unicamente para punir civis.

Isolamento absoluto

Não é necessário um esforço muito grande para se compreender que o objetivo que os militares desejam alcançar com essa medida é o de tornar as visitas um ato — para o visitante — tão constrangedor que as pessoas vão pensar duas vezes antes de tomar essa iniciativa. Esse naturalmente é o raciocínio dos carcereiros. Com isso, os padres e posseiros ficarão em regime de absoluto isolamento. É a maneira encontrada pela justiça dos militares para estender a punição para além das penas estabelecidas pelo Conselho de Sentença. Não basta a condenação. Não bastam as penas. Não basta o cárcere. É necessário, também, que eles sejam totalmente afastados do convívio daqueles que os consideram apenas o que são: seres humanos que, mesmo condenados, têm que ter os seus direitos respeitados.

Unidade garante continuidade da luta na Gradiente em SP

Na noite de segunda-feira, dia 23 de agosto, debaixo de uma forte chuva, os trabalhadores das unidades 7 e 8 da Gradiente decidiram retornar ao trabalho. Foram 8 dias de greve. Greve contra o desemprego, pela estabilidade. Contra o "facção" que está descendo em todas as fábricas os trabalhadores só têm uma arma: a unidade. E isso os metalúrgicos da Gradiente conseguiram: durante 8 dias mantiveram-se unidos na defesa de seus empregos.

Do lado patronal, entretanto, o que marcou foi a intransigência. Não quiseram negociar nenhum dos pontos da pauta de reivindicações. Nas duas mesas de conciliação realizadas, uma, na Delegacia Regional do Trabalho, outra, no Tribunal Regional do Trabalho, nenhum acordo foi possível. A

pauta de reivindicações dos trabalhadores foi completamente ignorada pelo advogado patronal. Um desafio que foi respondido pelos operários com unidade e disposição.

Na manhã da segunda-feira anterior, dia 16 de agosto, os trabalhadores da unidade 7 da Gradiente, onde são produzidas peças de plástico e telefones, paralisaram os serviços ante a ameaça de demissão. No dia seguinte o movimento teve a adesão dos metalúrgicos da unidade 8, ferramentaria. Cerca de 750 dos 820 trabalhadores, das duas unidades, se mantiveram fora dos portões da fábrica durante uma semana, enfrentando a repressão e provocação dos policiais do Dops e da PM.

Dois trabalhadores foram presos pelo Dops, mas logo em seguida liberados,

devido à pronta interferência dos deputados Alberto Goldman, Antonio Resk e Aurélio Peres, que foram durante todos os dias de paralisação prestar solidariedade aos metalúrgicos.

"Um dia é da caça, o outro do caçador. Durante 17 anos nós fomos caçados. Hoje os patrões caíram da cama às 4 da manhã. Eles sabem que acabou a hora da brincadeira. A única maneira de barrar o desemprego é na luta, a nossa arma é a unidade", dizia Luis Antonio Medeiros, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na porta da Gradiente, em assembléia realizada quarta-feira pela manhã (dia 18) onde ao final, mais uma vez, todas as mãos se levantaram pela continuidade do movimento.

A Gradiente utilizou as mais diversas artimanhas para enfrentar o movimento

dos trabalhadores. Colocou chefes e faxineiros para operarem as máquinas. O resultado disso foram 8 mil peças "mortas", ou seja, inutilizadas. E mais, o que é pior, dois graves acidentes com dois faxineiros que nunca haviam operado máquinas.

Agora os trabalhadores pretendem manter a pauta de reivindicações. Negociar, ainda, com a direção da empresa. E mais, prometem parar caso algum companheiro seja demitido. "O movimento continua", comentavam os metalúrgicos após a assembléia que decidiu pelo retorno ao trabalho. O movimento continua no sentido de que a unidade será mantida. Unidade, fundamentalmente, entre os trabalhadores da ferramentaria (unidade 8 da Gradiente) coração da fábrica e sustentáculo do movimento grevista durante toda a semana.

Mobilização nacional dos petroleiros



Pedro Sampaio

Para forçar a Petrobrás a negociar as reivindicações dos petroleiros da campanha salarial em andamento, data-base em 1º de setembro, a categoria iniciou nesta quinta-feira, dia 26, movimento nacional que prevê a diminuição do ritmo de trabalho (Operação Tartaruga) e os trito cumprimento das normas de função dentro da empresa (Operação Padrão).

Coordenado pelo recém-criado Departamento Profissional dos Trabalhadores no Petróleo, o movimento conta com a adesão dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Ceará.

A pauta de reivindicações divide-se entre os itens sociais e econômicos. Pedro Sampaio, secretário nacional do Departamento de coordenação e presidente do Sindipetro de Cubatão, considera como principal a conquista da garantia no emprego por um ano; a absorção da mão-de-obra contratada das empreiteiras pela

Petrobrás; o reajuste trimestral e 15% acima do INPC a título de produtividade.

A Refinaria de Cubatão diminuiu o número de trabalhadores de 3.500 para 2.200 no espaço de dois anos utilizando-se da alocação de mão-de-obra temporária: "Com a reivindicação da absorção pela Petrobrás desses empregados — explica Sampaio — queremos acabar com a discriminação e com o desrespeito ao patrimônio do povo brasileiro".

Contratados pela empreiteira, os trabalhadores não têm os mesmos níveis salariais. Além disso, o acesso ao restaurante da empresa é negado. "O agravante, contudo, é a necessária especialização para o manejo das máquinas dentro da refinaria, o que requer um tempo de estágio. Como esses trabalhadores vêm em caráter temporário, o patrimônio da Petrobrás, que é do povo, corre sério risco", completa Sampaio.

Nenhum item

A Petrobrás recusa-se a atender qualquer item da pauta apresentada pelos petroleiros. Ela alega que nas questões econômicas a decisão está vinculada ao CNPS (Conselho Nacional de Política Salarial). Quanto às sociais, a Petrobrás reconhece que é avalizada para atender as reivindicações, porém não as concede por temer abrir um precedente, e servir de paradigma, nas campanhas salariais de outras categorias.

— Por ser uma das maiores empresas do mundo, já é a maior do Brasil, ela deve servir de paradigma, por que não? — indaga Sampaio. E alerta: "Esse movimento poderá estender-se até por um ano, estamos tranquilos. A disposição de luta é grande. Sem sombra de dúvida a categoria avançou muito em sua consciência política".



Assembléia dos trabalhadores da Gradiente

Oboré / Luis Carlos Silvestre

Ameaça de greve contra demissões na Cosipa

Os 12 mil trabalhadores da Cosipa, Companhia Siderúrgica Paulista, estão ameaçando paralisar suas atividades por 24 horas, dia 26, caso a empresa continue aplicando a atual política de dispensas de funcionários. Lenta e gradual, no período de cinco meses ela já demitiu — sem critério nenhum — mais de mil "cosipanos", quinhentos só nos últimos 45 dias.

A Cosipa ainda se nega a discutir com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos qualquer possibilidade de recontração de trabalhadores doentes ou idosos. O Sindicato iniciou campanha de denúncias em março, quando levou para o conhecimento de autoridades, parlamentares e sociedade civil, a situação insegura dos trabalhadores da empresa, os quais vêm sendo demitidos diariamente, às dezenas.

Arrolado por diversas comissões parlamentares de inquérito, Plínio Asman,

presidente da Cosipa, simplesmente negou qualquer veracidade nas denúncias do Sindicato. "São todos biônicos, não precisam falar a verdade, não têm nenhum compromisso com a opinião pública", revoltou-se um "cosipano" com mais de 20 anos de casa e demitido sem qualquer alegação.

Há um documento onde a Cosipa garante a não demissão de todos os trabalhadores que fossem transferidos para as obras de expansão, porém, a maioria dos mil demitidos estava nesse setor. A greve decidida por assembléia de "cosipanos" — é o último recurso do Sindicato em tentar barrar a onda do facção, "pois — afirmam os dirigentes sindicais — tudo o que foi possível já foi tentado, sem resultado nenhum". Os planos da empresa apontam para um corte de 3 mil trabalhadores de seu quadro de funcionários.

Empresários e governo querem mudar a política de salários



— Salário não tem nada a ver com inflação. A causa é o modelo econômico como um todo, que nasceu para beneficiar uma pequena parcela da sociedade. Não adianta essa cota imbecil de sacrifício. (Maria de Lourdes Fernandes — presidente em exercício do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo).

— O trabalhador tem que contribuir e não aceitando o atraso nos pagamentos, lutando contra o rebaixamento dos salários, mantendo uma relação mais equilibrada com os patrões, e exigindo sua participação nas decisões. (Cândido Hilário Araújo — diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo).

— Essa colocação em torno da política salarial é um último lance desesperado de se tentar ajustar a correção monetária, o que vem sendo tentado desde 76 sem sucesso. O argumento não se sustenta, os índices de preço correm à frente dos salários. O máximo que se consegue é recuperar o poder de compra. Todas as medidas econômicas visam colocar o ônus da crise sobre os trabalhadores. (José Carlos Braga — professor de Economia da Unicamp).

— Num momento em que as taxas de juros internas estão altíssimas, discutir a influência da lei salarial nos índices de inflação, para mim é piada. (Dilson Funaro — presidente da Trol).

O anúncio de que os supermercados e os banqueiros estariam colaborando com o país na luta contra a inflação — segurando a subida dos preços e pós-fixando a taxa de juros — levanta a poeira necessária para que se prepare na surdina a investida final contra a política

salarial, objetivo final dos encontros de empresários e o ministro do Planejamento, Delfim Neto. Duas propostas já estão alinhadas quanto à forma da nova política de salários. Regenciada pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luis Eulálio Vidigal, e avalizada pelos ministros da área econômica, circula com agilidade pelo Palácio do Planalto um pacote contendo, em seus pontos principais, a eliminação dos 10% a mais para quem ganha até três salários mínimos, o fim da taxa de produtividade, INPC seco para os que percebem até 5 mínimos e livre negociação acima dessa faixa. A semestralidade, a princípio, não seria tocada.

Ainda mais predatória, os ex-ministros Simonsen e Bulhões defendem a idéia da volta do arrocho salarial, dirigido entre 65 e 77 pelo então ministro da Economia Roberto Campos. A fórmula consiste em reajustar os salários à luz de uma taxa de inflação pré-fixada, projetada com cálculos exageradamente otimistas. Em 66, o governo profetizou um índice de 10%, quando na realidade o nível inflacionário alcançou 40% por cento. Para esse início dos anos 80, a dupla Simonsen-Bulhões sugere uma estimativa de 50 por cento.

Nessa disputa entre empresários, governo e economistas conservadores, o trabalhador — que entra com seu salário na conta da crise — foi jogado para escanteio. “O movimento sindical tem propostas a todos os níveis, e essa seria a forma de contribuirmos; participando desse tipo de decisão. Uma das formas de iniciarmos nesse processo será as eleições

de novembro”, aponta Lourdes Fernandes. Para completar, o economista Braga diz que com “governadores fortes em estados importantes, a possibilidade de se sentar para uma discussão a nível federal no sentido de reformular a política econômica serão muito grandes”.

Depois das eleições

Qualquer que seja a proposta vencedora, é certo que ela só será adotada após as eleições de novembro, por uma razão estratégica, de marketing: os trabalhadores que ganham até três salários compreendem 75% do total da força de trabalho brasileira, e nos dois casos o maior prejudicado será essa parcela.

— Esses 10% são concedidos tirando-se dos que ganham mais, que não têm os reajustes. Essa prática divide os salários e não os redistribue — frisa Maria de Lourdes Fernandes — e se for abolido o adicional, o governo estará transferindo aquele excedente de 10% para o empresário, pois certamente ele não voltará de quem foi tirado.

A análise da presidente do Sindicato dos Jornalistas mostra que as fórmulas lançadas têm a intenção de, por baixo do pano, aumentar a lucratividade das empresas. Por outro ângulo, Araújo, dos metalúrgicos, descobre uma outra artimanha que proporcionará a abertura de um novo filão de lucros.

— Acabar com os 10% serve como instrumento para aumentar a margem dos lucros da empresa. Com a rotatividade e o desemprego, o empresário vai aumentar a faixa de trabalhadores que

ganhem até três salários mínimos, diminuindo parte significativa da folha de pagamento — explica Araújo.

Fresta descoberta

Por pequenas frestas podem-se descobrir infinitos mecanismos que permitirão a empresários e governo beneficiarem-se com a abolição dos 10% e o fim da produtividade, sem contar que a proposta de Simonsen-Bulhões não exigiria esse exercício, seria mais prática, mais ostensiva. “Se ao menos os empresários não estivessem tendo lucros!”, indigna-se Araújo. Na base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos — segundo conta ele — há um exemplo que ilustra essa questão.

A Sofunge, 12º grupo do mundo, cortou em 35% seus funcionários no espaço de 9 meses. “Mas o lucro da empresa saltou nesse mesmo período de US\$ 532 milhões para US\$ 1,380 bilhão. Essa é uma demonstração que a mudança que querem fazer na política salarial não tem argumento que a sustente. Não é inflação, não é descapitalização das empresas, é jogar nas costas dos trabalhadores o peso da crise”, rebate Araújo.

Divisão estratosférica

A única forma do movimento sindical aguentar o impacto desse volumoso pacote, “será sua organização e a superação da divisão estratosférica em que se concentra — lembra Fernandes. Eu acho que teríamos que responder a isso com greve, mas não temos condições para isso. Então temos que lutar por uma mobilização a nível nacional para protestar e não deixar que a coisa aconteça como no pacote da Previdência”.

Incompetência do governo: causa da taxa inflacionária

Projeto Carajás e Itaipú são exemplos concretos da incompetência administrativa do governo pelas quais se força decisivamente os vetores inflacionários. O governo gasta mais do que pode e deve. “Retirando-se as estatais das carteiras de crédito, baixará a pressão sobre a demanda de recursos”, explicou César Cals, ministro das Minas e Energia, quando anunciou recentemente um corte de 10% no orçamento do setor elétrico nas obras de Itaipú.

Com essa medida, mais de mil trabalhadores serão demitidos, segundo Carlos Kawanate, diretor da Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas. A contenção de gastos implica sempre em corte de pessoal

Mas paradoxalmente, na área do mesmo ministério, o governo brasileiro fechou semana passada contrato de captação de recursos no valor de US\$ 1,5 bilhão com o Banco Mundial, a Comunidade Econômica Européia e o Japão, com destino ao Projeto Carajás. Empréstimos como esse representam a justificativa para a subida constante das taxas de juros interna, pressionada psicologicamente pelos preços do dinheiro tomado lá fora. Nesse lance somente, o governo pisou fundo no acelerador inflacionário. As taxas reais de juros estão oscilando entre 40% e 50% ao ano. Esse valor proíbe as indústrias de investir mais no parque produtivo. Até o fim do projeto o país irá gastar cerca de US\$ 4,5 bilhões, dos quais já se investiu a bagatela de US\$ 900 milhões.

Dívida de 15 trilhões sufoca brasileiro que nasce e morre devendo

A questão da dívida externa brasileira é um caso muito sério. Por maior boa vontade que tenha uma pessoa, por maior que seja o seu otimismo, não pode se sentir segura, ao saber que, no fim deste ano, o Brasil estará devendo 80 bilhões de dólares — isto é, dinheiro que ladrão roubando dia e noite, sem parar, não acaba. E o governo continua endividando-se, certamente porque não é ele que trabalha como escravo para pagar.

Só para se ter uma idéia do prejuízo, 80 bilhões de dólares valem hoje 15 trilhões de cruzeiros. E 15 trilhões de cruzeiros significam que cada um dos 120 milhões de brasileiros, dos recém-nascidos ao mais idoso, homem ou mulher, deve 125 mil cruzeiros, sem contar os juros, a única coisa que o País está pagando, porque agiota vive disso. Enquanto for possível continuar na exploração, enquanto o trabalhador continuar na miséria, ouvindo quieto a enganação do Delfim e de todos os que apóiam o governo, os banqueiros internacionais estarão felizes da vida.

Afinal, por que os credores americanos, japoneses e europeus devem se preocupar com a nossa situação? E daí que cada brasileiro tenha que desembolsar 2.500 cruzeiros por mês, para completar a soma de 3,5 trilhões — ou 18,5 bilhões de dólares — que o país será obrigado a pagar este ano, somente a título de juros?

Tragédia da maioria

Vamos fazer alguns cálculos, usando números oficiais e tomando como exemplo um trabalhador de salário-mínimo (maioria), que recebe líquido por mês menos de 15 mil cruzeiros. Esse homem infeliz precisaria trabalhar quase nove meses seguidos, sem ficar com um tostão para ele, nem para comer, a fim de poder pagar a parcela que lhe cabe da dívida nacional. Mesmo assim, ainda seriam ne-

cessárias duas coisas: primeiro, que o governo não tomasse mais dinheiro emprestado e, segundo, que os credores concordassem em receber os 15 trilhões livres de juro.

Se este milagre pudesse acontecer, teríamos então que fazer novos cálculos. Como apenas 45 milhões de brasileiros estão em condições de trabalhar, e como desse total cerca de cinco milhões encontram-se desempregados, chegamos à conclusão de que 80 milhões de pessoas não produzem nada e, portanto, simplesmente não podem pagar coisa nenhuma. Neste caso, a dívida de 15 trilhões tem que ser mesmo repartida apenas pelos 40 milhões que trabalham, numa proporção de 375 mil cruzeiros para cada um.

Com isso, complica-se a tragédia do trabalhador de salário-mínimo: tendo que pagar mais de 31 mil cruzeiros mensais, quando seu salário líquido não chega aos 15 mil, ele deve produzir durante 25 meses — mais de dois anos — sem gastar

nada, para saldar sua parte. E aqui não há nenhuma embromação. Os dados são do próprio governo, basta fazer as contas.

Soluções possíveis

Qual a saída? Existem algumas: de cara, deixar de tomar dinheiro emprestado lá fora, impedindo, inclusive, que as empresas privadas o façam — grande parte da dívida externa brasileira foi contraída por multinacionais estrangeiras que operam no país; não pagar mais nada a ninguém, especialmente juros — solução radical e perigosa, que provocaria reações violentas dos credores, cobrança talvez até na base da agressão militar; ou adiar os prazos de pagamento, renegociando todas as condições dos empréstimos.

A verdade é que este governo não está aí para isso e sim para continuar "administrando" a dívida, o que na prática quer dizer o seguinte: defender e aumentar os

lucros dos agiotas internacionais, que ele representa desde 1964. A primeira e a terceira soluções apontadas (parar com os empréstimos e renegociar as condições da dívida atual) são perfeitamente possíveis e sua aplicação representaria um alívio enorme para os trabalhadores.

Ou será que o Delfim pensa que todo mundo é estúpido, ao ponto de não perceber que, se o Brasil não precisasse pagar juros de 18,3 bilhões de dólares (3,5 trilhões de cruzeiros ou, ainda, o equivalente a cerca de 235 milhões de salários-mínimos) este ano, teríamos dinheiro de sobra para gastar em benefício da população? Somente com a metade dessa quantia absurda de juros que pagaremos em 82, seria possível conceder um abono de emergência de mais de 43 mil cruzeiros a todos os assalariados. Com a outra metade, o governo poderia até queimar dinheiro em propaganda, para tentar provar que não trabalha contra os interesses do povo.

Veja quanto você deve por mês e no ano

Dívida externa, até dezembro/82	Cr\$ 15 trilhões ou US\$ 80 bilhões
Taxa oficial do Dólar — agosto/82	Cerca de Cr\$ 193
População brasileira	120 milhões de habitantes
Dívida externa por habitante	Cr\$ 125 mil ou US\$ 660
Dívida externa mensal de cada habitante	Cr\$ 10,5 mil ou US\$ 55
Força de trabalho do País	45 milhões de pessoas
Números oficiais do desemprego	3,5 a 4,5 milhões de pessoas — 8% a 10%
Força de trabalho em atividade	40 milhões de pessoas
Dívida externa por trabalhador em atividade	Cr\$ 375 mil ou US\$ 1.973
Dívida externa mensal por trabalhador em atividade	Cr\$ 31,25 mil ou US\$ 164
Salário-mínimo líquido	Cerca de Cr\$ 15 mil

Defender a forma, sem apoiar a lei

Quando se denuncia a conspiração do governo contra a atual política salarial, os trabalhadores devem entender que isto não significa apoiar a lei em vigor, pois, na verdade, ela foi criada para manter os salários sob controle. O arrocho continua, talvez até pior do que antes de Figueiredo, mas há um detalhe da lei que precisa ser defendido. Trata-se do reajuste a cada seis meses, verdadeira conquista dos assalariados, que alivia um pouco a barra de quem trabalha e ainda serve para evitar a quebra de firmas pequenas e médias, porque, pelo menos de seis em seis meses, circula algum dinheiro.

Com a "abertura", medida inevitável que o governo teve que engolir, senão a coisa ficava preta, Delfim bolou e aplicou outro conto-do-vigário. O problema dele era impedir que o bolo de salários, a soma de todos os salários pagos no País, aumentasse e, se possível, que até di-

minuísse. Por isso, ele fixou diferentes valores de reajuste, diferentes faixas salariais e só deixou para discussão direta entre empregados e patrões o tal do índice de produtividade.

Isto é, limitou os reajustes quase que integralmente, de modo que, quem ganha mais passa a ganhar menos e quem ganha menos **pensa** que passa a ganhar mais. Ninharias de um a cinco por cento são discutidas como produtividade, a partir de critérios que nunca ninguém pôde explicar direito. Assim, as folhas de pagamento ficam sempre na mesma, exceto quando as empresas resolvem aumentar os lucros e despedem funcionários de maior salário, para logo em seguida contratar gente ganhando menos. Mas, forçado pelas pressões populares e também pelos empresários que o golpe de 64 acabou traindo, Delfim concordou com os reajustes salariais a cada seis meses.

É preciso manter e ampliar essa conquista, exigindo do governo reajustes trimestrais e até de 60 em 60 dias ou de 30 em 30. Como os preços sobem por semana e diariamente, é mentira da grossa dizer que os trabalhadores que ganham menos recebem **aumento de salário** — inclusive maior que o custo de vida. Para começar, o governo esconde a verdade sobre a inflação e sobre a corrida dos preços, anunciando números menores ou culpando (cinicamente) os barbeiros pela carestia, como Delfim fez há pouco tempo. Em segundo lugar, mesmo que o governo não minta, quem recebe reajuste acima do custo de vida também sai perdendo. Logo no primeiro mês ou, no máximo no segundo, as remarcações de preços anulam o "aumento" e, nos quatro ou cinco restantes, só dá mês sobrando no salário de todos.

Além de tudo isso, o trabalhador não se deve deixar enganar por quem diz que

os reajustes semestrais são responsáveis pelas demissões periódicas. É claro que as empresas aproveitam a mão e dispensam funcionários nas épocas de dissídio, mas já vimos que agem assim apenas para garantirem mais lucro. Afinal, se o governo está mesmo preocupado com o desemprego que campeia, com as demissões em massa e com a rotatividade da mão-de-obra, por que não faz leis ou decretos que impeçam tais coisas — porém sem prejudicar o trabalhador?

Resposta: não faz porque Delfim, Figueiredo e companhia defendem os interesses do capital, especialmente do capital estrangeiro. Não seria simples, por exemplo, proibir demissão de empregado sem justa causa? Não seria simples fixar índices de reajuste abaixo da carestia, mas decretar reajustamentos a cada três meses? Isso é o mínimo que se pode esperar de governantes que se dizem amigos do povo. "Muy amigos!"

Os problemas da mulher são problemas sociais

De passagem pelo Brasil a convite do Centro da Mulher Brasileira, a filandesa Miriam Vire-Touminem concede breve entrevista à VU, abordando problemas femininos.

— As mulheres só podem obter sua igualdade na luta comum com outras forças. Há problemas específicos que algumas feministas colocam como prioritários. Porém, estes problemas específicos da mulher serão resolvidos com uma solução social global dos vários problemas — a ponderação é da filandesa Miriam Vire-Touminem, secretária geral da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), entidade com sede em Berlim, RDA, que congrega 129 organizações femininas de 114 países, representando mais de 200 milhões de mulheres.

Procedente de Buenos Aires, onde participou de um ato organizado pelas argentinas em favor da paz no Atlântico Sul e pela soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Miriam visitou brevemente o Brasil, mantendo contatos com o Centro da Mulher Brasileira, CMB, e outras agremiações femininas. Em SP ela participou do debate promovido pelo CMB sob o tema "Fim das desigualdades, Pela independência nacional e Pela paz mundial", no Sindicato dos Químicos (quinta-feira, dia 19), e visitou várias favelas no bairro do Butantã e outra na Zona Norte da cidade. No dia seguinte embarcou para o Rio de Janeiro, de onde regressou a Berlim.

Nesta sua primeira viagem ao Brasil, a filandesa visitou a VU, concedendo-nos breve entrevista acerca dos problemas contemporâneos das mulheres.

Acha normal a maior participação da mulher em todos os níveis, como decorrência da postura das forças democráticas e progressistas do mundo que incrementam esta participação. Há muitas razões para esta presença mais marcante das mulheres na vida nacional:

— As mulheres foram discriminadas por milhares de anos. O desenvolvimento da humanidade fez com que elas participassem mais da produção, fora de casa e através disso elas entraram em contato com os problemas políticos e sociais da vida diária. Aí começam a participar. Neste momento, nota-se as consequências dos países socialistas, onde, a partir da Revolução de Outubro as mulheres passaram a ter seus direitos reconhecidos por lei e na prática. no capitalismo, nem todas as mulheres conhecem estas conquistas das mulheres no socialismo, os governos capitalistas fazem de tudo para que não conheçam — ela diz.

De toda forma, acentua Miriam, as mulheres vão descobrindo muita coisa e isso obriga a algumas mudanças. A FDIM acompanha com atenção o que acontece com as mulheres nesta década, tendo elaborado um programa, cuja diretriz básica é "igualdade, desenvolvi-



Foto: Flávio Américo Novais

As mulheres potiguares aprovam programa de luta durante seu I Encontro Estadual realizado no Colégio Marista, em Natal.



Foto: CMB

Miriam Vire-Touminem visita favelas e discute seus problemas com os moradores.

mento e paz" que aglutina as mulheres de todo o mundo.

Ao destacar a importante contribuição das mulheres brasileiras no salutar processo de redemocratização do país, Miriam Vire-Touminem manifestou o incondicional apoio da FDIM à luta das brasileiras. Concluiu abordando a questão da igualdade da mulher que, segundo ela, passa necessariamente pela libertação de todo o povo:

— O problema da mulher é social. Há problemas específicos da mulher que só serão resolvidos com a solução do problema social. A experiência da Europa capitalista mostra que o movimento feminino foi forte no momento em que sua reivindicação, sua luta, foi social. Quando lutou contra a discriminação, por exemplo, ou pela igualdade familiar, onde há muito preconceito. Mas, se enfraqueceu quando levou em conta apenas os problemas específicos da mulher. Muitas feministas pensam só na mentalidade, mas a mentalidade não muda se não mudam as relações sociais. Um outro dado importante é a participação das mulheres nos EUA e na Europa nos movimentos pela paz. Acredito que o movimento feminino conseguirá êxito na medida em que lutar ombro a ombro com outras forças sociais.

Mulher potiguar tem programa de luta

Natal (Do Correspondente) — Reunidas recentemente no I Encontro da Mulher Potiguar, realizado nesta capital, as northerio-grandenses aprovaram uma série de importantes resoluções que bem expressam a preocupação feminina com os problemas sócio-político-econômicos, além de seus problemas específicos. No Encontro foram aprovadas as seguintes medidas:

Grupo organização e participação da mulher

1. Fortalecer a organização das mulheres em Clubes de Mães, lutando para que elas assumam a discussão e o encaminhamento das resoluções do Encontro.
2. Promover reuniões, debates e encontros regionais e municipais.
3. Criação de uma Coordenação do Movimento da Mulher Potiguar, com as seguintes funções:
 - a — Encaminhar as resoluções do I Encontro Estadual.
 - b — Articular os diversos grupos de mulheres, clubes de mães, sindicatos, associações de bairros, etc.
 - c — Incentivar a criação de grupos e núcleos de mulheres nos bairros da Capital e do Interior do Estado.
 - d — Promover debates sobre a questão da mulher.
 - e — Organizar o II Encontro Estadual.
 - f — Manter contatos com a imprensa, partidos políticos, etc.

Grupo mulher e violência

1. Participação organizada e efetiva das mulheres contra as formas de violência, inclusive a criação de um sistema de SOS para receber denúncias.
2. Reabertura de processos de crimes de mulheres que ficaram impunes, o que deverá ser feito com ampla participação das mulheres.
3. Priorização das reivindicações da mulher negra, que muitas vezes têm suas questões relegadas a segundo plano dentro dos próprios movimentos de mulheres e ampliar ainda mais o movimento negro.

Grupo mulher e trabalho

1. Por creches públicas e gratuitas, em horário integral, com pessoal especializado e de cuja direção participem os pais.
2. Contra o desemprego. Lutar por uma sociedade realmente justa, que garanta à mulher o direito ao trabalho.
3. Salário igual para trabalho igual.
4. Criação de restaurantes e lavanderias coletivas.

Grupo mulher e saúde

1. Pelo fim do controle da natalidade imposto pelo Governo e que se dê condições adequadas para habitação, educação, saúde, alimentação e que o controle seja uma opção da própria família.
2. Exigir do governo que seja incluído no **currículo** escolar a educação sexual, com a participação de pais e mestres.
3. Encaminhar uma ampla discussão sobre a problemática do aborto.
4. Por assistência médico-hospitalar gratuita.

Grupo mulher e sociedade

1. Denunciar através de entidades de mulheres as causas da carestia, da inflação e a política econômica dependente, que torna cada vez mais difícil a vida das donas de casa e de suas famílias.
2. Pelo ensino público, democrático e gratuito, por mais verba para a educação, e denunciar o autoritarismo e a alienação no ensino brasileiro.
3. Lutar pela criação de cooperativas de material escolar nos bairros e pela ampliação e criação de bibliotecas nos colégios.
4. Constituir um grupo de pesquisa para estudar a história do movimento das mulheres no RN.
5. Levar aos bairros e entidades a discussão sobre uma Constituinte ampla com a participação de todos os setores da sociedade, assim como a discussão sobre os direitos humanos.
6. Fazer da campanha eleitoral um instrumento de conscientização das mulheres, através de discussão nos bairros e entidades, com vistas a sua participação, exigindo dos partidos e candidatos compromissos com os problemas da mulher.
7. Considerando que a propriedade da terra é historicamente responsável pela injusta distribuição da renda, propor que se estude o problema fundiário e a situação da mulher camponesa, vítima da exploração e da violência, levando aos bairros e entidades uma discussão em defesa da reforma agrária.



A censura na TV

Dy Mendes

A reprise do seriado "Jim Jones, o Pastor do Diabo", colocado no ar pela TV Globo como substituto de emergência da novela compactada "O Espigão", que entraria no lugar de uma nova série ainda dependente de aprovação da censura, mostrou sobejamente que os critérios desta não são os mesmos no tratamento dado às produções estrangeiras e nacionais.

Sem falar em outros enlatados que primam pela violência, exploração do sexo e glorificação do mau-caratismo, a história do "padre" norte-americano que enganou, seduziu e finalmente arrastou ao suicídio uma multidão de gente fanatizada é um exemplo de que cenas as mais chocantes (de homossexualismo, adultério e indução ao crime) podem ser exibidas no vídeo nosso de cada dia — desde que não sejam criadas e vividas por profissionais brasileiros.

Seria até ridícula, se não fosse perigosamente castradora e parcial, a preocupação da censura com certos temas, palavras e imagens contidos nas novelas, quando coisas muito piores acontecem nas ruas atingindo a juventude e a infância que supostamente devem ser preservadas dos horrores que imaginativos autores colocam nos seus **scripts**. Como levar a sério a proibição de histórias saídas da cabeça de um Dias Gomes — intelectual

dos mais sérios, honestos e competentes —, de um Aguinaldo Silva — escritor/repórter que retrata com tintas suaves a brutalidade da selva do asfalto —, quando a população sofre a violência dos alugueis escorchantes, a afronta dos preços diariamente remarcados nos alimentos e a mingua de recursos para educar e manter saudáveis os seus filhos?

A censura quer evitar que nossos jovens assistam a cenas de violência? Então é preciso que seus integrantes deixem os confortáveis gabinetes e passem a acompanhar o dia a dia que eles enfrentam em casa (as crises conjugais geradas pela insuficiência dos salários), no trajeto para as escolas (quase todos já foram assaltados por outros menores), enfim, por onde quer que estejam.

Pior que mostrar a realidade que vivemos (e o escritor deve este serviço à comunidade) é criar fantasias como as que se multiplicam na novela "Sétimo Sentido", de Janete Clair. Causa até pena ver uma atriz da envergadura de Regina Duarte, que sacudiu o País com sua interpretação de "Malu Mulher" — uma tentativa bem sucedida de acabar com a imagem de menina simplesmente bonita e substituí-la pela de mulher integral — gastar fôlego e talento na encarnação dos inverossímeis Luana Camará/Priscila Caprice.

Ocupando atualmente um papel da maior importância na vida dos brasileiros de baixa renda — que a usam no lugar do teatro, do cinema, das viagens e de outros entretenimentos não acessíveis — a televisão tem que ser, pelo menos, coerente e realista. De nada serve uma história em que a principal figura é vítima de um espírito extravagante e temperamental, em torno do qual gravitam personagens igualmente problemáticos e sem consistência.

Pelo poder que tem de penetrar nos lares e influenciar comportamentos, a televisão não pode fugir à responsabilidade de retratar a realidade cotidiana, bem como a de apontar soluções, facilitar a compreensão dos fatos e permitir uma análise dos acontecimentos. Proibir a violência na programação de TV não implica no término da violência que acomete a população de todas as formas. Fantasiar a realidade, com novelas fantásticas e apelativas, também não é a solução.

É mesmo verdade que entre sofrer os cortes da censura e fugir ao real a opção se impõem, considerando que autores, atores, diretores e muitos outros profissionais dependem da tela mágica da TV para a diuturna batalha pela sobrevivência. E não têm como defender-se da — com perdão da má palavra — censura.

Leia e Divulgue

VOZ
da unidade

Democracia e Socialismo

Dívida de 15 trilhões sufoca brasileiro que nasce e morre devendo

A questão da dívida externa brasileira é um caso muito sério. Por maior boa vontade que tenha uma pessoa, por maior que seja o seu otimismo, não pode se sentir segura, ao saber que, no fim deste ano, o Brasil estará devendo 80 bilhões de dólares — isto é, dinheiro que ladrão roubando dia e noite, sem parar, não acaba. E o governo continua endividando-se, certamente porque não é ele que trabalha como escravo para pagar.

Só para se ter uma idéia do prejuízo, 80 bilhões de dólares valem hoje 15 trilhões de cruzeiros. E 15 trilhões de cruzeiros significam que cada um dos 120 milhões de brasileiros, dos recém-nascidos ao mais idoso, homem ou mulher, deve 125 mil cruzeiros, sem contar os juros, a única coisa que o País está pagando, porque agiota vive disso. Enquanto for possível continuar na exploração, enquanto o trabalhador continuar na miséria, ouvindo quieto a enganação do Delfim e de todos os que apóiam o governo, os banqueiros internacionais estarão felizes da vida.

Afinal, por que os credores americanos, japoneses e europeus devem se preocupar com a nossa situação? E daí que cada brasileiro tenha que desembolsar 2.500 cruzeiros por mês, para completar a soma de 3,5 trilhões — ou 18,5 bilhões de dólares — que o país será obrigado a pagar este ano, somente a título de juros?

Tragédia da maioria

Vamos fazer alguns cálculos, usando números oficiais e tomando como exemplo um trabalhador de salário-mínimo (maioria), que recebe líquido por mês menos de 15 mil cruzeiros. Esse homem infeliz precisaria trabalhar quase nove meses seguidos, sem ficar com um tostão para ele, nem para comer, a fim de poder pagar a parcela que lhe cabe da dívida nacional. Mesmo assim, ainda seriam ne-

cessárias duas coisas: primeiro, que o governo não tomasse mais dinheiro emprestado e, segundo, que os credores concordassem em receber os 15 trilhões livres de juro.

Se este milagre pudesse acontecer, teríamos então que fazer novos cálculos. Como apenas 45 milhões de brasileiros estão em condições de trabalhar, e como desse total cerca de cinco milhões encontram-se desempregados, chegamos à conclusão de que 80 milhões de pessoas não produzem nada e, portanto, simplesmente não podem pagar coisa nenhuma. Neste caso, a dívida de 15 trilhões tem que ser mesmo repartida apenas pelos 40 milhões que trabalham, numa proporção de 375 mil cruzeiros para cada um.

Com isso, complica-se a tragédia do trabalhador de salário-mínimo: tendo que pagar mais de 31 mil cruzeiros mensais, quando seu salário líquido não chega aos 15 mil, ele deve produzir durante 25 meses — mais de dois anos — sem gastar

nada, para saldar sua parte. E aqui não há nenhuma embromação. Os dados são do próprio governo, basta fazer as contas.

Soluções possíveis

Qual a saída? Existem algumas: de cara, deixar de tomar dinheiro emprestado lá fora, impedindo, inclusive, que as empresas privadas o façam — grande parte da dívida externa brasileira foi contraída por multinacionais estrangeiras que operam no país; não pagar mais nada a ninguém, especialmente juros — solução radical e perigosa, que provocaria reações violentas dos credores, cobrança talvez até na base da agressão militar; ou adiar os prazos de pagamento, renegociando todas as condições dos empréstimos.

A verdade é que este governo não está aí para isso e sim para continuar "administrando" a dívida, o que na prática quer dizer o seguinte: defender e aumentar os

lucros dos agiotas internacionais, que ele representa desde 1964. A primeira e a terceira soluções apontadas (parar com os empréstimos e renegociar as condições da dívida atual) são perfeitamente possíveis e sua aplicação representaria um alívio enorme para os trabalhadores.

Ou será que o Delfim pensa que todo mundo é estúpido, ao ponto de não perceber que, se o Brasil não precisasse pagar juros de 18,3 bilhões de dólares (3,5 trilhões de cruzeiros ou, ainda, o equivalente a cerca de 235 milhões de salários-mínimos) este ano, teríamos dinheiro de sobra para gastar em benefício da população? Somente com a metade dessa quantia absurda de juros que pagaremos em 82, seria possível conceder um abono de emergência de mais de 43 mil cruzeiros a todos os assalariados. Com a outra metade, o governo poderia até queimar dinheiro em propaganda, para tentar provar que não trabalha contra os interesses do povo.

Veja quanto você deve por mês e no ano

Dívida externa, até dezembro/82	Cr\$ 15 trilhões ou US\$ 80 bilhões
Taxa oficial do Dólar — agosto/82	Cerca de Cr\$ 193
População brasileira	120 milhões de habitantes
Dívida externa por habitante	Cr\$ 125 mil ou US\$ 660
Dívida externa mensal de cada habitante	Cr\$ 10,5 mil ou US\$ 55
Força de trabalho do País	45 milhões de pessoas
Números oficiais do desemprego	3,5 a 4,5 milhões de pessoas — 8% a 10%
Força de trabalho em atividade	40 milhões de pessoas
Dívida externa por trabalhador em atividade	Cr\$ 375 mil ou US\$ 1.973
Dívida externa mensal por trabalhador em atividade	Cr\$ 31,25 mil ou US\$ 164
Salário-mínimo líquido	Cerca de Cr\$ 15 mil

Defender a forma, sem apoiar a lei

Quando se denuncia a conspiração do governo contra a atual política salarial, os trabalhadores devem entender que isto não significa apoiar a lei em vigor, pois, na verdade, ela foi criada para manter os salários sob controle. O arrocho continua, talvez até pior do que antes de Figueiredo, mas há um detalhe da lei que precisa ser defendido. Trata-se do reajuste a cada seis meses, verdadeira conquista dos assalariados, que alivia um pouco a barra de quem trabalha e ainda serve para evitar a quebra de firmas pequenas e médias, porque, pelo menos de seis em seis meses, circula algum dinheiro.

Com a "abertura", medida inevitável que o governo teve que engolir, senão a coisa ficava preta, Delfim bolou e aplicou outro conto-do-vigário. O problema dele era impedir que o bolo de salários, a soma de todos os salários pagos no País, aumentasse e, se possível, que até di-

minuísse. Por isso, ele fixou diferentes valores de reajuste, diferentes faixas salariais e só deixou para discussão direta entre empregados e patrões o tal do índice de produtividade.

Isto é, limitou os reajustes quase que integralmente, de modo que, quem ganha mais passa a ganhar menos e quem ganha menos *pensa* que passa a ganhar mais. Ninharias de um a cinco por cento são discutidas como produtividade, a partir de critérios que nunca ninguém pôde explicar direito. Assim, as folhas de pagamento ficam sempre na mesma, exceto quando as empresas resolvem aumentar os lucros e despedem funcionários de maior salário, para logo em seguida contratar gente ganhando menos. Mas, forçado pelas pressões populares e também pelos empresários que o golpe de 64 acabou traindo, Delfim concordou com os reajustes salariais a cada seis meses.

É preciso manter e ampliar essa conquista, exigindo do governo reajustes trimestrais e até de 60 em 60 dias ou de 30 em 30. Como os preços sobem por semana e diariamente, é mentira da grossa dizer que os trabalhadores que ganham menos recebem **aumento de salário** — inclusive maior que o custo de vida. Para começar, o governo esconde a verdade sobre a inflação e sobre a corrida dos preços, anunciando números menores ou culpando (cinicamente) os barbeiros pela carestia, como Delfim fez há pouco tempo. Em segundo lugar, mesmo que o governo não minta, quem recebe reajuste acima do custo de vida também sai perdendo. Logo no primeiro mês ou, no máximo no segundo, as remarcações de preços anulam o "aumento" e, nos quatro ou cinco restantes, só dá mês sobrando no salário de todos.

Além de tudo isso, o trabalhador não se deve deixar enganar por quem diz que

os reajustes semestrais são responsáveis pelas demissões periódicas. É claro que as empresas aproveitam a mão e dispensam funcionários nas épocas de dissídio, mas já vimos que agem assim apenas para garantirem mais lucro. Afinal, se o governo está mesmo preocupado com o desemprego que campeia, com as demissões em massa e com a rotatividade da mão-de-obra, por que não faz leis ou decretos que impeçam tais coisas — porém sem prejudicar o trabalhador?

Resposta: não faz porque Delfim, Figueiredo e companhia defendem os interesses do capital, especialmente do capital estrangeiro. Não seria simples, por exemplo, proibir demissão de empregado sem justa causa? Não seria simples fixar índices de reajuste abaixo da carestia, mas decretar reajustamentos a cada três meses? Isso é o mínimo que se pode esperar de governantes que se dizem amigos do povo. "Muy amigos!"